



ESTADO DO PIAUI
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO PEIXE - PI

RESOLUÇÃO Nº 001/2024

DE 22 DE ABRIL DE 2024.

“Dispõe sobre Revisão e Atualização do Regimento Interno da Câmara de São José do Peixe-PI e dá outras providências.”

O Presidente da Câmara Municipal de São José do Peixe-PI faz saber que a Câmara aprovou e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º - O Regimento Interno da Câmara Municipal de São José do Peixe passa a vigorar com as seguintes alterações:

TÍTULO I
Disposições Preliminares

Capítulo I
Da Sede

CAPÍTULO I
DAS FUNÇÕES DA CÂMARA

Art. 1º - A Câmara Municipal, composta de 09(nove) Vereadores, e o órgão do Poder Legislativo local, exercendo funções legislativas específicas, de fiscalização financeira e de controle externo do Executivo, desempenhando ainda as atribuições que lhe são próprias atinentes à gestão dos assuntos de sua economia interna.


Art. 2º - As funções legislativas da Câmara Municipal consistem na elaboração de leis, decretos legislativos e resoluções sobre quaisquer matérias de competência do Município.

Art. 3º - As funções de fiscalização financeira consistem no acompanhamento das atividades financeiras do Município desenvolvidas pelo Executivo ou pela própria Câmara e no julgamento das contas do Prefeito, integradas estas naquelas da própria Câmara - sempre mediante o auxílio do Tribunal de Contas do Estado ou órgão equivalente.

Art. 4º - As funções de controle externo da Câmara implicam a vigilância dos negócios do Executivo em geral, sob os prismas da constitucionalidade, da legalidade e da ética político-administrativa, com a tomada das medidas sanatórias que se fizerem necessárias.

Art. 5º - A gestão dos assuntos de economia interna da Câmara realizar-se-á através da disciplina regimental de suas atividades e da estruturação de seus serviços auxiliares.

CNPJ Nº 05.020.967/0001-59
Rua Aureliano da Fonseca, S/N – Centro Fone (089) 3554-1163
São José do Peixe – PI. CEP: 64.555-000


Antônio Luz Vieira dos Santos
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
DE SÃO JOSÉ DO PEIXE - PI



ESTADO DO PIAUÍ
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO PEIXE - PI

CAPÍTULO II
DA SEDE DA CÂMARA

Art. 6º - A Câmara Municipal tem sua sede à Rua Aureliano da Fonseca Coelho s/n neste Município.

Art. 7º - No Recinto de reuniões do plenário não poderão ser afixados quaisquer símbolos, quadros, faixas, cartazes ou fotografias que impliquem propaganda político-partidária, ideológica, religiosa ou de cunho promocional de pessoas vivas ou de entidades de qualquer natureza.

Parágrafo Único - O disposto neste artigo não se aplica à colocação de brasão ou bandeira da nação ou do Município, na forma da legislação aplicável, e bem assim de obra artística que vise preservar a memória de vulto eminente da história do país, do estado, ou do Município.

Art. 8º - Somente por deliberação do plenário e quando o interesse público o exigir (art. 21, XIII) poderá o recinto de reuniões da Câmara ser utilizada para fins estranhos à sua finalidade.

CAPÍTULO III
DA INSTALAÇÃO E DO FUNCIONAMENTO DA CÂMARA

Art. 9º - No primeiro ano da legislatura, no dia primeiro de janeiro, no edifício da Câmara Municipal, em Sessão solene de instalação, independentemente de número, os vereadores prestarão compromisso e tomarão posse.

§ 1º - Assumirá a presidência, o vereador mais idoso entre os reeleitos, e, na falta deste, o mais idoso dentre os presentes.

§ 2º - Conjuntamente, os vereadores prestarão, no ato da posse, o seguinte compromisso:
"prometo cumprir dignamente o mandato a mim confiado observando as leis e trabalhando pelo engrandecimento deste Município".

§ 3º - O Vereador que não tomar posse na sessão prevista neste artigo deverá fazê-lo no prazo de 10 dias, perante a Câmara, salvo motivo justo aceito por ela.

§ 4º - No ato da posse, os Vereadores deverão desincompatibilizar-se.



ESTADO DO PIAUÍ
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO PEIXE - PI

TÍTULO II
DOS ORGÃOS DA CÂMARA
CAPÍTULO I
DA MESA DA CÂMARA
SEÇÃO I
DA FORMAÇÃO DA MESA E SUAS MODIFICAÇÕES

Art. 10 - Imediatamente depois da posse, havendo maioria absoluta dos Membros da Câmara, os vereadores elegerão os componentes da Mesa para mandato de dois anos, vedada a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente, em votação aberta e nominal. **(Redação dada pela Resolução nº 001/2024);**

§ 1º - Não se considera recondução a eleição para o mesmo cargo em legislatura diferente, ainda que sucessivas. **(Redação dada pela Resolução nº 001/2024);**

§ 2º - Enquanto não for escolhido o Presidente, não se procederá à apuração para os demais cargos. **(Redação dada pela Resolução nº 001/2024);**

§ 3º - Se nenhum candidato obtiver maioria absoluta, ou se houver empate, proceder-se-á, imediatamente, a novo escrutínio por maioria simples e, se ocorrer novo empate, considerar-se-á eleito o mais velho. **(Redação dada pela Resolução nº 001/2024);**

§4º - A eleição dos membros da Mesa será feita por escrutínio aberto, ou por aclamação, presente a maioria absoluta dos Vereadores. **(Redação dada pela Resolução nº 001/2024);**

Art. 11 - A eleição de renovação da Mesa Diretora da Câmara Municipal será realizada na última sessão do segundo ano da legislatura, final do primeiro biênio. **(Redação dada pela Resolução nº 001/2024);**

Parágrafo Único – A inscrição das Chapas para eleição da Mesa Diretora da Câmara Municipal para o segundo biênio deverá obedecer ao prazo de inscrição prévia mínimo de 48h (quarenta e oito horas) antes do início da última sessão ordinária do segundo ano da legislatura. **(Redação dada pela Resolução nº 001/2024)**

Art. 12 - A Mesa da Câmara Municipal de São José do Peixe, será composta de um Presidente, um 1º Vice-Presidente, um 1º Secretário, um 2º Secretário e um Tesoureiro.

Parágrafo Único - Nos Municípios de mais de 9 (nove) Vereadores, a composição da Mesa poderá ser acrescida de outros membros além dos fixados neste artigo.

Art.13 – **(revogado)**



ESTADO DO PIAUI

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO PEIXE - PI

Art. 14 - A mesa, dentre outras atribuições, compete:

I - Elaborar e encaminhar ao prefeito, até primeiro de outubro, a proposta orçamentaria da Câmara, a ser incluída na proposta orçamentaria do Município, e fazer, mediante ato, a discriminação analítica das dotações respectivas bem como alterá-las quando necessário. Se a proposta não for encaminhada no prazo previsto, será tornado como base o orçamento vigente para a Câmara;

II - Enviar ao Prefeito, até o dia dez do mês seguinte, para fins de incorporar-se aos balancetes do Município, os balancetes financeiros e de sua despesa orçamentaria relativos a cada mês, quando a movimentação de numerário para as despesas for feita por ela;

III - Devolver a Tesouraria da Prefeitura, o superavit financeiro existente na Câmara ao final de cada exercício;

IV - Enviar ao Prefeito, até o dia quinze de março, as contas do exercício anterior, salvo nos anos de fins de mandato, quando o prazo será antecipado para quinze de dezembro;

V - Apresentar projetos de resolução referente aos subsídios de Vereador e do prefeito, nos termos do art. 43;

Art. 15 - Compete ao presidente da Câmara, dentre outras atribuições:

I - Representar a Câmara em juízo e fora dele;

II - Dirigir os trabalhos legislativos e supervisionar, na forma do regimento interno, os trabalhos administrativos da Câmara;

III - Interpretar e fazer cumprir o regimento interno;

IV - Fazer publicar as resoluções e os atos da Mesa, bem como as leis por ela promulgadas;

V - Declarar extinto o mandato do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores, nos casos previstos em Lei;

VI - Manter a ordem no recinto da Câmara, podendo solicitar a força necessária para esse fim.

VII - Requisitar o numerário destinado às despesas da Câmara, quando, por deliberação do plenário, as despesas não forem processadas e pagas pela prefeitura, e apresentar ao plenário até dez dias antes do término de cada período de sessões, o balancete relativo aos recursos recebidos e as despesas realizadas;

VIII - Apresentar ao Plenário, até o dia vinte de cada mês, o balancete relativo aos recursos recebidos e as despesas do mês anterior;

IX - Prover os cargos da Câmara e expedir os atos referentes a situação funcional dos seus servidores;

X - Fornecer, no prazo de dez dias, certidão relativa ao exercício do cargo de Prefeito, ou sobre assunto de sua competência, quando solicitada;


XI - Representar a Câmara junto ao Prefeito, as autoridades federais e estaduais e perante as entidades privadas em geral;

XII - Credenciar agente de imprensa, rádio e televisão para o acompanhamento dos trabalhos legislativos;

XIII - Fazer expedir convites para as sessões solenes da Câmara Municipal às pessoas que, por qualquer título, mereçam a honraria;

CNPJ Nº 05.020.967/0001-59
Rua Aureliano da Fonseca, S/N – Centro Fone (089) 3554-1163
São José do Peixe – PI. CEP: 64.555-000

ANTÔNIO LUIZ VIEIRA DOS SANTOS
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
DE SÃO JOSÉ DO PEIXE - PI


ANTÔNIO LUIZ VIEIRA DOS SANTOS
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
DE SÃO JOSÉ DO PEIXE - PI



ESTADO DO PIAUÍ
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO PEIXE - PI

- XIV - Conceder audiência ao público, a seu critério, em dias e horas prefixadas;
- XV - Empossar os Vereadores retardatários e suplentes e declarar empossado o Prefeito e Vice-Prefeito, após a investidura dos mesmos nos respectivos cargos perante o Plenário;
- XVI - Convocar o suplente de Vereador, quando for o caso;
- XVII - Declarar destituído o membro da Mesa ou da Comissão Permanente, nos casos previstos neste Regimento (Art. 35);
- XVIII - Designar os membros das Comissões Especiais e os seus substitutos e preencher vagas nas Comissões Permanentes (Arts. 30 e 35);
- XIX - Convocar verbalmente os membros da Mesa, para as reuniões previstas no artigo 15, XX, "a".
- XX - Dirigir as atividades legislativas da Câmara em geral, em conformidade com as normas legais e deste Regimento, praticando todos os atos que, explícita ou implicitamente, não caibam ao Plenário, a Mesa em conjunto, as Comissões, ou a qualquer integrante de tais órgãos individualmente considerados, e em especial, exercendo as seguintes atribuições:
- a) Convocar sessões extraordinárias da Câmara, e comunicar aos Vereadores as convocações partidas do Prefeito, inclusive no recesso;
 - b) Superintender a organização da pauta dos trabalhos legislativos;
 - c) Abrir, presidir e encerrar as sessões da Câmara e suspendê-las, quando necessário;
 - d) Determinar a leitura, pelo Vereador-Secretário, das atas, pareceres, requerimentos e outras peças escritas sobre as quais deva deliberar o Plenário, na conformidade do Expediente de cada sessão;
 - e) Cronometrar a duração do Expediente e da Ordem do Dia e do tempo dos oradores inscritos, anunciando o início e o término respectivo;
 - f) Manter a ordem no recinto da Câmara, concedendo a palavra aos oradores inscritos, cassando-as, disciplinando os apartes e advertindo todos os que incidirem em excessos;
 - g) Resolver as questões de ordem;
 - h) Interpretar o Regimento Interno, para aplicação as questões emergentes, sem prejuízo de competência do Plenário para deliberar a respeito, se o requerer qualquer Vereador (Art. 183 e Parágrafos);
 - i) Anunciar a matéria a ser votada e proclamar o resultado da votação;
 - j) Proceder a verificação de quórum, de ofício ou a requerimento de Vereador;
 - k) Encaminhar os processos e expedientes Comissões Permanentes, para parecer, controlando-lhes o prazo, e, esgotado este sem pronunciamento, nomear relator AD HOC nos casos previstos neste Regimento;
- XXI - Praticar os atos essenciais de intercomunicação com o Executivo, notadamente:
- a) Receber as mensagens de proposta legislativa, fazendo-as protocolizar;
 - b) Encaminhar ao Prefeito, por ofício, os projetos de lei aprovados inclusive por decurso do prazo, e comunicar-lhe os projetos de sua iniciativa desaprovados bem como os vetos rejeitados ou mantidos;
 - c) Solicitar ao Prefeito as informações pretendidas pelo Plenário e convidá-lo a comparecer ou fazer que compareçam à Câmara os seus auxiliares, para explicações, quando haja convocação da edilidade em forma regular;
 - d) Requisitar as verbas destinadas ao legislativo, trimestralmente;
 - e) Solicitar mensagem com propositura de autorização legislativa para suplementação dos recursos da Câmara, quando necessário;
- XXII- Ordenar as despesas da Câmara Municipal e assinar cheques nominativos ou ordens de pagamento, juntamente com o servidor encarregado do movimento financeiro;



ESTADO DO PIAUÍ
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO PEIXE - PI

XXIII - Determinar Licitação para contratações administrativas de competência da Câmara, quando exigível;

XXIV - Mandar expedir certidões requeridas para a defesa de direito e esclarecimento de situações;

XXV - Exercer atos de poder de polícia em quaisquer matérias relacionadas com as atividades da Câmara Municipal, dentro ou fora do recinto da mesma;

Art. 16 - O Presidente da Câmara poderá oferecer proposições a Plenário, mas deverá afastar-se da Mesa quando estiverem as mesmas em discussão e votação.

Art. 17 - O Vice-Presidente da Câmara, salvo o disposto no Art. 18 e seu Parágrafo Único e na hipótese de sua atuação como membro efetivo da Mesa, nos casos de competência privativa desse órgão, não possui atribuições próprias, limitando-se a substituir o Presidente nas suas faltas e impedimentos;

Art. 18 - O Vice-Presidente promulgará e fará publicar as resoluções e decretos legislativos sempre que o Presidente, ainda que se ache em exercício, deixar escoar o prazo para fazê-lo.

Parágrafo Único - O dispositivo neste artigo aplica-se as leis municipais quando o Prefeito e o Presidente da Câmara, sucessivamente, tenham deixado precluir a oportunidade de sua promulgação e publicação subsequente.

Art. 19 - Compete ao Secretário:

I - Organizar o Expediente ao Ordem do Dia;

II - Fazer a chamada dos Vereadores ao abrir-se a sessão e nas ocasiões determinadas pelo Presidente, anotando os, comparecimentos e as ausências;

III - Ler a ata, as proposições e demais papéis que devam ser do conhecimento da Casa;

IV - Fazer a inscrições dos oradores na pauta dos trabalhos;

V - Redigir as atas, reunindo os trabalhos da sessão e assinando-as juntamente com o Presidente;

VI - Gerir a correspondência da Casa, providenciando a expedição de ofícios em geral e comunicados individuais aos Vereadores;

VII - Coadjuvar o Presidente nas direções dos serviços auxiliares da Câmara;

VIII - Certificar a frequência dos Vereadores, para efeito de percepção da parte variável da remuneração;

IX - Registrar, em livro próprio, os precedentes firmados na aplicação do Regimento Interno, para soluções de casos futuros;

X - Manter a disposição do Plenário, os textos legislativos de manuseio mais frequente;

XI - Manter em cofre fechado as atas lacradas de sessões secretas.



ESTADO DO PIAUI

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO PEIXE - PI

CAPÍTULO II

DO PLENÁRIO

Art. 20 - O Plenário é o órgão deliberativo da Câmara, constituindo-se do conjunto dos Vereadores em exercício, em local, forma e número legal para deliberar.

§ 1º - O local é o recinto de sua sede e só por motivo de força maior o Plenário se reunirá, por decisão própria, em local diverso.

§ 2º - A forma legal para deliberar é a sessão.

§ 3º. Número é o quórum determinado na Constituição Federal, na Lei de Organização Municipal ou neste Regimento para a realização das sessões e para as deliberações.

§ 4º - Integra o Plenário o suplente do Vereador regularmente convocado, enquanto dure a convocação.

Art. 21 - São atribuições do Plenário:

- I - Elaborar, com a participação do Prefeito, as leis municipais;
- II - Discutir e votar a proposta orçamentaria;
- III - Apreciar os vetos, rejeitando-os ou mantendo-os;
- IV - Autorizar, sob a forma de lei, observadas as restrições constantes da Constituição e da legislação incidente os seguintes atos e negócios administrativos.

- a) Abertura de créditos adicionais, inclusive para atender a subversões e auxílios financeiros;
- b) Operações de créditos;
- c) Aquisição onerosa de bens imóveis;
- d) Alienação e oneração real de bens imóveis municipais;
- e) Concessão de serviço público;
- f) Concessão de direito real de uso de bens imóveis municipais;
- g) Formatura de consórcios intermunicipais;
- h) Criação e alteração da denominação de próprios e logradouros públicos.

V - Expedir decretos legislativos quanto a assuntos de sua competência privativa, notadamente nos casos de:

- a) Cassação do mandato do Prefeito ou de Vereador;
- b) Aprovação ou rejeição das contas do Executivo;
- c) Concessão de licença ao Prefeito nos casos previstos em lei;
- d) Consentimento para ausentar-se o Prefeito do Município por prazo superior a quinze dias, por necessidade da Administração;
- e) Atribuição de TÍTULO de cidadão honorário a pessoas que, reconhecidamente, tenham prestado relevantes serviços a comunidade;
- f) Fixação e/ou atualização dos subsídios do Prefeito e de verba de representação do Prefeito e Vice-Prefeito;
- g) Constituição de Comissão Permanente;
- h) Constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito;
- i) Delegação ao Prefeito para elaboração legislativa;



ESTADO DO PIAUI
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO PEIXE - PI

VI - Expedir resoluções sobre assuntos de sua economia interna, mormente quanto aos seguintes assuntos:

- a) Alteração do Regimento Interno;
- b) Destituição de membro da Mesa;
- c) Concessão de licença a Vereador, nos casos permitidos em lei;
- d) Fixação ou atualização de subsídios dos Vereadores e de Verba de Representação do Presidente da Câmara;
- e) Julgamento de recursos de sua competência, nos casos previstos na Lei de Organização Municipal ou neste Regimento;
- f) Constituição de Comissão Especial de Estudo.

VII - Processar e julgar o Prefeito ou Vereador pela prática de infração político-administrativa;

VIII - Solicitar informações ao Prefeito sobre assuntos de Administração, quando delas careça;

IX - Convocar o Prefeito e seus auxiliares diretos, para explicações perante o Plenário sobre matérias sujeitas à fiscalização da Câmara, sempre que o exigir o interesse público;

X - Eleger a Mesa e as Comissões Permanentes e destituir os seus membros nos casos e na forma previstos neste Regimento;

XI - Autorizar a transmissão por rádio ou televisão, ou a filmagem e a gravação de sessões da Câmara;

XII - Dispor sobre a realização de sessões sigilosas, nos casos concretos (Art. 102);

XII - Autorizar a utilização do recinto da Câmara para fins estranhos a sua finalidade, quando for de interesse público.

CAPÍTULO III
DAS COMISSÕES
SEÇÃO I

DA FINALIDADE DAS COMISSÕES E DE SUAS MODALIDADES

Art. 22 - As comissões são órgãos técnicos compostos de 3 (três) Vereadores com a finalidade de examinar matéria em tramitação na Câmara e emitir parecer sobre a mesma, ou de proceder a estudos sobre assuntos de natureza essencial, ou ainda, de investigar fatos determinados de interesse da Administração.

Art. 23 - As Comissões da Câmara são Permanentes, Especiais e de Representação.

Art. 24 - Às Comissões Permanentes incumbe estudar as proposições e assuntos distribuídos ao seu exame, manifestando sobre eles sua opinião para orientação do Plenário.

Parágrafo Único - As Comissões Permanentes são as seguintes:

I - De legislação, justiça e redação final;

II - De finanças e orçamento;

III - De obras e serviços públicos; e

IV - De educação, saúde e assistência.

Art. 25 - As Comissões Especiais destinadas a proceder a estudo de assunto de especial interesse do Legislativo terão suas finalidades especificadas na resolução que as constituir, a qual indicará também o prazo para apresentarem o relatório de seus trabalhos.

Art. 26 - A Câmara poderá constituir Comissões Especiais de inquérito, com a finalidade de apurar irregularidades administrativas do Executivo, da Administração Indireta da própria Câmara, não podendo, porém, ser criadas novas Comissões de Inquérito quando pelo menos duas se acharem em funcionamento.



ESTADO DO PIAUÍ

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO PEIXE - PI

Parágrafo Único - As denúncias sobre irregularidades e a indicação das provas deverão constar do requerimento que solicitar a constituição da Comissão de Inquérito.

Art. 27 - A Câmara constituirá Comissão Processante para fins de apurar a prática de infração político-administrativa do Prefeito ou de Vereador, observado o disposto na lei federal aplicável e na Lei de Organização Municipal.

Art. 28 - As Comissões de Representação serão constituídas para representar a Câmara em atos externos de caráter cívico ou cultural, dentro ou fora do território do Município.

Art. 29 - Os membros das Comissões Permanentes serão eleitos na sessão seguinte a da eleição da Mesa, por um período de 2 (dois) anos, mediante escrutínio público, considerando-se eleito, em caso de empate, o Vereador do partido ainda não representado em outra Comissão, ou o Vereador ainda não eleito para nenhuma Comissão, ou finalmente, o Vereador mais votado nas eleições municipais.

§ 1º - Far-se-á votação separada para cada Comissão, através de cédulas impressas, datilografadas ou manuscritas, assinadas pelos votantes, com indicação dos nomes dos votados e da legenda partidária respectiva, ou qualquer outro critério de votação que o Plenário desejar.

§ 2º - Na organização das Comissões Permanentes, obedecer-se-á ao disposto no art. 30, Parágrafo Único, "a", da Constituição Federal, mas não poderão ser eleitos para integrá-las o Presidente da Câmara, o Vereador que não se achar em exercício e o suplente deste.

§ 3º - O Vice-Presidente, o Secretário e o suplente de Secretário somente poderão participar da Comissão Permanente quando não seja de outra forma possível compô-la adequadamente.

Art. 30 - As Comissões Especiais serão constituídas, por proposta da Mesa ou pelo menos 3 (três) Vereadores, através de resolução que atenderá aos dispostos no artigo 106.

§ 1º - O Presidente da Câmara indicará os membros das Comissões Especiais, observada a composição partidária sempre que possível.

§ 2º - A Comissão Especial extinguir-se-á findo o prazo de sua duração, indicado na resolução que a constituir, haja ou não concluído os seus trabalhos.

§ 3º - A Comissão Especial relatará suas conclusões ao Plenário, através de seu Presidente sob a forma de parecer fundamentado e, se houver que propor medidas, oferecerá projeto de resolução.

Art. 31 - Às Comissões de Inquérito aplica-se o disposto no artigo anterior.

§ 1º - A Comissão de Inquérito poderá examinar documentos municipais, ouvir testemunhas e solicitar, através do Presidente da Câmara, as informações necessárias ao Prefeito, ou a dirigentes da entidade de Administração Indireta.

§ 2º - Mediante o relatório da Comissão, o Plenário decidirá sobre as providências cabíveis, no âmbito político-administrativo, através de decreto legislativo aprovado pelo menos por 2/3 (dois terços) dos Vereadores presentes.

§ 3º - Deliberará ainda o Plenário sobre a conveniência do envio de cópias de peças do inquérito à justiça, com vista à aplicação de sanções civis ou penais aos responsáveis pelos atos objeto da investigação.

Art. 32 - O membro da Comissão Permanente poderá, por motivo justificado, solicitar dispensa da mesa.

Art. 33 - Os membros das Comissões Permanentes serão destituídos caso não compareçam a 3 (três) reuniões consecutivas ordinárias, ou 5 (cinco) intercaladas da respectiva Comissão, salvo motivo de força maior devidamente comprovado.



ESTADO DO PIAUI
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO PEIXE - PI

Art. 34 - O Presidente da Câmara poderá substituir, a seu critério, qualquer membro da Comissão Especial ou da Comissão de Representação.

Art. 35 - As vagas nas Comissões por renúncia, destituição, ou por extinção ou perda de mandato de Vereador serão supridas por livre designação de qualquer Vereador pelo Presidente da Câmara, observado o disposto nos § 2º e 3º do Art. 29.

SEÇÃO II
DO FUNCIONAMENTO DAS COMISSÕES PERMANENTES

Art. 36 - As Comissões Permanentes, logo que constituídas, reunir-se-ão para eleger os respectivos Presidentes e Vice-Presidentes e prefixar os dias e horas em que se reunirão ordinariamente.

Art. 37 - As Comissões Permanentes não poderão se reunir, salvo para emitirem parecer em matéria sujeita a regime de urgência especial, no período destinado a Ordem do Dia da Câmara, quando então, a sessão plenária será suspensa, de ofício, pelo Presidente da Câmara.

Art. 38 - Compete aos Presidentes das Comissões Permanentes:

I - Convocar reuniões extraordinárias da comissão;

II - Presidir as reuniões da Comissão e zelar pela ordem dos trabalhos;

III - Receber as matérias destinadas a Comissão e designar-lhe relator;

IV - Fazer observar os prazos dentro dos quais a Comissão deverá desincumbir-se de seus misteres;

V - Representar a Comissão nas relações com a mesa e o Plenário.

Parágrafo Único - Aos atos dos Presidentes das Comissões com as quais não concorde qualquer de seus membros, caberá recurso para o Plenário no prazo de 3 (três) dias, salvo se se tratar de matéria colocada em regime de urgência e de emendas e subemendas apresentadas à mesa e aprovadas pelo Plenário.

Art. 39 - As Comissões Permanentes deliberarão por maioria de votos, sobre o pronunciamento do relator o qual se aprovado prevaleceria como parecer.

Art. 40 - Quando a Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final manifestar-se sobre o veto, produzirá, com o parecer, projeto de decreto legislativo, propondo a rejeição ou a aceitação do mesmo.

Art. 41 - Somente serão dispensados os pareceres das Comissões, por deliberação do Plenário, mediante requerimento escrito de Vereador ou solicitação do Presidente da Câmara por despacho nos autos, quando se tratar de proposição colocando em regime de urgência especial, na forma do artigo 95, ou em regime de urgência simples, na forma do artigo 96, e seu Parágrafo Único.



ESTADO DO PIAUI
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO PEIXE - PI

SEÇÃO III
DA COMPETÊNCIA DAS COMISSÕES PERMANENTES

Art. 42 - Compete a Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final manifestar-se sobre todos os assuntos entregues à sua apreciação nos aspectos constitucional e legal e, quando já aprovados pelo Plenário, analisá-los sob o aspecto lógico e gramatical, de modo a adequar ao bom vernáculo o texto das proposições.

§ 1º - Concluindo a Comissão de Justiça pela ilegalidade ou inconstitucionalidade de um projeto, seu parecer, seguirá ao Plenário para ser discutido e, somente quando for rejeitado, prosseguirá aquela sua tramitação.

§ 2º - A Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final manifestar-se-á sobre o mérito da proposição assim entendida a colocação do assunto sob o prisma de sua conveniência, utilidade e oportunidade - nos casos seguintes:

- a) Organização administrativa de Prefeitura e de Câmara;
- b) Criação de entidade de Administração indireta ou de fundação;
- c) Aquisição ou alienação de bens imóveis;
- d) Formatura de convênios e consórcios;
- e) Concessão de licença ao Prefeito ou a Vereador;
- f) Alteração de denominação de próprias municipais e logradouros.

Art. 43 - Compete a Comissão de Orçamento e Finanças opinar obrigatoriamente sobre todos as matérias de carácter financeiro, e, especialmente quando for o caso de:

I - Proposta orçamentária;

II - Orçamento plurianual;

III - Proposições referentes a matéria tributária, abertura de créditos, empréstimos públicos e as que, direta ou indiretamente, alteram a despesa ou a receita do Município, acarretem responsabilidade ao erário municipal ou interessem ao crédito e ao patrimônio municipal;

IV - Proposições que fixem ou aumentem os vencimentos do funcionalismo e que fixem ou atualizem os subsídios do Prefeito e dos vereadores e a verba de representação do Prefeito, do Vice-Prefeito e do Presidente da Câmara.

Art. 44 - Compete a Comissão de Obras e Serviços Públicos opinar nas matérias referentes a quaisquer obras, empreendimentos e execução de serviços públicos locais e ainda sobre assuntos ligados às atividades produtivas em geral, oficiais ou particulares.

Parágrafo Único - A Comissão de Obras e Serviços Públicos opinará, também, sobre a matéria do Art.42, § 2º, e sobre o plano de Desenvolvimento do Município e suas alterações.

Art. 45 - Compete a Comissão de Educação e Saúde, manifestar-se em todos os projetos e matérias que versem sobre assuntos educacionais e artísticos - inclusive patrimônio histórico - desportivos e relacionados com saúde, o saneamento e a assistência e previdência social em geral.

Parágrafo Único - A Comissão de Educação e Saúde, apreciará obrigatoriamente as proposições que tenham por objetivo:



ESTADO DO PIAUI
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO PEIXE - PI

- a) Concessão de bolsas de estudo;
- b) Reorganização administrativa da Prefeitura nas áreas de Educação e Saúde;
- c) Implantação de centros comunitários, sob auspício oficial.
- d)

Art. 46 - Sempre que determinada proposição haja sido distribuída a todas as Comissões Permanentes da Câmara, por ser obrigatória a sua manifestação quanto a mérito, e tiver parecer contrário de cada uma delas, haver-se-á por rejeitada.

Parágrafo Único - O disposto neste artigo não se aplica à proposta orçamentária, ao veto e ao exame das contas do Executivo.

Art. 47 - Somente a Comissão de Finanças e Orçamento serão distribuídos a proposta orçamentaria e o processo referente as contas do Executivo, acompanhado do parecer prévio correspondente, sendo-lhe vedado solicitar a audiência de outra Comissão.

SEÇÃO IV
DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

Art. 47-A - As Comissões Parlamentares de Inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos no Regimento Interno, serão criadas pela Câmara Municipal, mediante requerimento de 1/3 (um terço) de seus membros e aprovação de maioria absoluta dos membros, para apuração de fato específico, por prazo determinado. **(Redação dada pela Resolução nº 001/2024)**

§ 1º - Considera-se fato determinado o acontecimento de relevante interesse para a vida pública e a ordem constitucional, legal, econômica e social do Município, que estiver devidamente caracterizado no requerimento de Constituição da Comissão. **(Redação dada pela Resolução nº 001/2024)**

§ 2º - A Comissão, que poderá atuar durante o recesso, terá o prazo de cento e vinte dias, prorrogável por até metade, mediante deliberação do Plenário, para conclusão dos seus trabalhos. **(Redação dada pela Resolução nº 001/2024)**

§ 3º - Não se criará Comissão parlamentar de Inquérito enquanto estiverem funcionando pelo menos duas dessas Comissões, salvo mediante projeto de resolução assinado pela maioria absoluta dos membros da Câmara. **(Redação dada pela Resolução nº 001/2024)**

§ 4º - A Comissão Parlamentar de Inquérito terá a composição numérica definida no requerimento ou no projeto de criação, cabendo sua presidência ao primeiro subscritor do requerimento. **(Redação dada pela Resolução nº 001/2024)**

Art. 47-B - A Comissão Parlamentar de Inquérito poderá, observada a legislação específica: **(Redação dada pela Resolução nº 001/2024)**

I - requisitar funcionários dos serviços administrativos da Câmara, bem como, em caráter transitório, de qualquer órgão ou entidade da administração pública municipal; **(Redação dada pela Resolução nº 001/2024)**

II - determinar diligências, ouvir indiciados, inquirir testemunhas sob compromisso, requisitar, de órgãos e entidades da administração pública, informações e documentos, requerer a audiência de Vereadores



ESTADO DO PIAUI
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO PEIXE - PI

e Secretários, tomar depoimentos de autoridades federais, estaduais e municipais, e requisitar os serviços de quaisquer autoridades, inclusive policiais. **(Redação dada pela Resolução nº 001/2024)**

III - deslocar-se a qualquer ponto do território municipal para a realização de investigações e audiências públicas. **(Redação dada pela Resolução nº 001/2024)**

Art. 47-C - Ao término dos trabalhos, a Comissão apresentará relatório circunstanciado, com suas conclusões, que será encaminhado ao órgão competente, para as providências cabíveis. **(Redação dada pela Resolução nº 001/2024)**

CAPÍTULO IV
DOS VEREADORES

Art. 48 - Os Vereadores são agentes políticos investidos de mandato legislativo municipal para uma legislatura, eleito pelo sistema partidário e de representação proporcional, por voto secreto e direto.

Art. 49 - É assegurado ao Vereador:

I - Participar de todas as discussões e votar nas deliberações do Plenário, salvo quando tiver interesse na matéria, direta ou indiretamente, o que comunicará ao Presidente;

II - Votar na eleição da Mesa e das Comissões Permanentes;

III - Apresentar proposições e sugerir medidas que visem ao interesse coletivo, ressalvados as matérias de iniciativa exclusiva do Executivo;

IV - Concorrer aos cargos da Mesa e das Comissões, salvo impedimento legal ou regimental;

V - Usar da palavra em defesa das proposições apresentadas, que visem ao interesse público, sujeitando-se as limitações deste Regimento.

Art. 50 - São deveres do Vereador, entre outros:

I - Investido no mandato, não incorrer em incompatibilidade prevista na Constituição ou na Lei de Organização Municipal;

II - Observar as determinações legais relativas ao exercício do mandato;

III - Desempenhar fielmente o mandato político, atendendo ao interesse público e as diretrizes partidárias;

IV - Exercer a contento o cargo que lhe seja conferido na Mesa ou em Comissão, não podendo escusar-se ao seu desempenho, salvo disposição em contrário;

V - Comparecer as Sessões pontualmente, salvo motivo de força maior devidamente comprovado, e participar das votações salvo quando se encontrar impedido.

VI - Manter o decoro parlamentar;

VII - Não residir fora do Município, salvo com autorização do Plenário em caráter excepcional;

VIII - Conhecer e observar o regimento interno.

Art. 51 - Sempre que o Vereador cometer, dentro do recinto da Câmara, excesso que deva ser reprimido, o presidente conhecerá do fato e tomará as providências seguintes, conforme a gravidade;



ESTADO DO PIAUI
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO PEIXE - PI

- I - Advertência em Plenário;
- II - Cassação da Palavra;
- III - Determinação para retirar-se do plenário;
- IV - Suspensão da Sessão, para entendimentos na sala da presidência;
- V - Proposta de cassação de mandato de acordo com a legislação vigente;

Art. 52 - O Vereador licenciado pela Câmara por motivo de doença com afastamento até 120 dias, com direito a remuneração.

- a) Para tratar de interesse particulares, sem direito a Remuneração por tempo igual ao constante no artigo anterior, salvo quando investido na função de Secretário Municipal, ou para desempenhar missão temporária de caráter cultural de interesse do Município.

Parágrafo Único - Será considerado automaticamente licenciado o Vereador investido no cargo de Secretário Municipal, podendo, contudo, optar pela remuneração da Vereança.

Art. 53 - O servidor público estadual ou municipal, da administração direta ou indireta, exercerá o mandato de vereador, obedecidas as disposições seguintes:

I - Havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função sem prejuízos dos subsídios a que faz jus;

II - Não havendo compatibilidade, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função, contando, no entanto, seu tempo de serviço para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.

Art. 54 - Na hipótese do item II do artigo anterior, o servidor poderá optar pelos vencimentos ou salários de seu cargo, emprego ou função.

Parágrafo Único - Neste caso, faltando as sessões da Câmara, o servidor terá descontado de seus vencimentos ou salários o valor do jeton a que teria direito.

Art. 55 - A extinção e a cassação do mandato de Vereador dar-se-ão nos casos e na forma previstos na Legislação Federal e nesta lei.

Parágrafo Único - Tratando-se do Presidente da Câmara, a extinção do mandato será declarada pelo Juiz de Direito da Comarca, mediante requerimento de qualquer Vereador, suplente ou do Prefeito.

Art. 56 - Declarado vago o cargo de Vereador, bem como no caso de concessão de licença por prazo superior a 120 dias, o Presidente da Câmara convocará imediatamente o suplente.

§ 1º - O Suplente convocado deverá tomar posse dentro do prazo de quinze dias úteis, salvo por motivo justo aceito pela Câmara;

§ 2º - Em caso de vaga, não havendo suplente, o Presidente da Câmara comunicará o fato dentro de quarenta e oito horas, diretamente ao Tribunal Regional Eleitoral;

§ 3º - Enquanto a vaga a que se refere o § 2º não for preenchida, calcular-se-á o quórum em função dos Vereadores Remanescentes.



ESTADO DO PIAUÍ
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO PEIXE - PI

CAPÍTULO V
DA REMUNERAÇÃO DOS VEREADORES

Art. 57 – O subsídio dos Vereadores será fixada em Lei de autoria do Poder Legislativo e atualizada na forma e nas épocas previstas na Constituição Federal e na Lei Federal, obedecidos os limites ali indicados. **(Redação dada pela Resolução nº 001/2024)**

Art. 58 – **(revogado)**

Art. 59 - Ao Vereador em viagem a serviço da Câmara, para fora do Município é assegurado o ressarcimento dos gastos com locomoção, alojamento e alimentação, exigida a comprovação de despesas, sempre que possível.

TÍTULO III
DAS PROPOSIÇÕES E DA SUA TRAMITAÇÃO
CAPÍTULO I
DAS MODALIDADES DE PROPOSIÇÃO E DE SUA FORMA

Art. 60 - Proposição e toda matéria sujeita a deliberação do Plenário, qualquer que seja o seu objeto.

Art. 61 - São modalidades de proposição:

- a) Os projetos de lei;
- b) Os projetos de decreto legislativo;
- c) Os projetos de resolução;
- d) Os projetos substitutivos;
- e) As emendas e subemendas;
- f) Os vetos;
- g) Os pareceres das Comissões Permanentes;
- h) Os relatórios das Comissões Especiais de qualquer natureza;
- i) As indicações;
- j) Os requerimentos;
- k) Os recursos;
- l) As representações;

Art. 62 - As proposições deverão ser redigidas em termos claros, objetivos e concisos, em língua nacional e na ortografia oficial, e assinadas pelo seu autor ou autores.

Art. 63 - Exceção feita das emendas, subemendas e vetos, as proposições deverão conter ementa indicativa do assunto a que se referem.

Art. 64 - As proposições consistentes em Projeto de Lei, decreto legislativo, de resolução ou de projeto substitutivo deverão ser oferecidas articuladamente, acompanhadas de justificação por escrito.

Art. 65 - Nenhuma proposição poderá incluir matéria estranha ao seu objetivo.



ESTADO DO PIAUÍ
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO PEIXE - PI

CAPÍTULO II
DAS PROPOSIÇÕES EM ESPÉCIE

Art. 66 - Toda matéria legislativa de competência da Câmara, de pendente de manifestação do Prefeito, serão objeto de projeto de lei; todas as deliberações privativas da Câmara, tomadas em Plenário, que independem do Executivo, terão forma de decreto legislativo ou de resolução, conforme o caso.

§ 1º - Destinam-se os decretos legislativos a regular as matérias de exclusiva competência da Câmara, sem a sanção do Prefeito e que tenham efeito externo.

§ 2º - Destinam-se as resoluções a regular as matérias de caráter político e administrativo relativas a assuntos de economia interna da Câmara.

Art. 67 - A iniciativa dos projetos de lei cabe a qualquer Vereador, a Mesa da Câmara, as Comissões Permanentes e ao Prefeito, ressalvados os casos de iniciativa exclusiva do Executivo e do Legislativo, conforme determinação constitucional, ou deste Regimento Interno.

Art. 68 - Substitutivo e o projeto de lei, de resolução ou de decreto legislativo apresentado por um Vereador ou Comissão para substituir outro já apresentado sobre o mesmo assunto.

Parágrafo Único - Não é permitido substitutivo parcial ou mais de um substitutivo ao mesmo projeto.

Art. 69 - Emenda e a proposição apresentada como acessório de outra.

§ 1º - As emendas podem ser supressivas, substitutivas, aditivas e modificativas.

§ 2º - Emenda supressiva e a proposições que manda erradicar qualquer parte da outra.

§ 3º - Emenda substitutiva e a proposição apresentada como sucedâneo de outra.

§ 4º - Emenda aditiva e a proposição que deve ser acrescentada a outra.

§ 5º - Emenda modificativa e a proposição que visa alterar a redação da outra.

§ 6º - A emenda apresentada a outra emenda denomina-se subemenda.

Art. 70 - Veto é a oposição formal e justificada do Prefeito a projeto de lei aprovada pela Câmara, por considerá-lo inconstitucional, ilegal ou contrário ao interesse público.

Art. 71 - Parecer e o pronunciamento por escrito da Comissão Permanente sobre a matéria que lhe tenha sido regimentalmente distribuída.

§ 1º - O parecer será individual e verbal somente na hipótese do Art. 40.

§ 2º - O parecer poderá ser acompanhado de projeto substitutivo ao projeto lei, decreto legislativo ou resolução que incitou a manifestação da Comissão, sendo obrigatório esse acompanhamento nos casos dos Arts. 41, 93 e 165.

Art. 72 - Relatório da Comissão Especial e o pronunciamento escrito por esta elaborado, que encerra as suas conclusões sobre o assunto que motivou a sua constituição.



ESTADO DO PIAUI
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO PEIXE - PI

Parágrafo Único - Quando as conclusões das Comissões Especiais indicarem a tomada de medidas legislativas, o relatório poderá ser acompanhado de projeto lei, decreto legislativo ou resolução, salvo se se tratar de matéria de iniciativa reservada ao Prefeito.

Art. 73 - Indicação e a proposição escrita pela qual o Vereador sugere medidas de interesse público aos poderes competentes.

Art. 74 - Requerimento e todo pedido verbal ou escrito de Vereador ou de Comissão, feito ao Presidente da Câmara, ou por seu intermédio, sobre assunto do Expediente ou da Ordem do dia, ou de interesse pessoal do Vereador.

§ 1º - Serão verbais e decididos pelo Presidente da Câmara, os requerimentos que solicitem;

I - A palavra ou a desistência dela;

II - Permissão para falar sentado;

III - Leitura de qualquer matéria para o conhecimento do Plenário;

IV - Observância de disposição regimental;

V - Retirada, pelo autor, de requerimento ou proposição ainda não submetidos a deliberação do

Plenário;

VI - Requisição de documento, processo, livro ou publicação existente da Câmara sobre proposição em discussão;

VII - Justificativa de voto e sua transcrição em ata;

VIII - Retificação de ata;

IX - Verificação de quórum.

§ 2º - Serão igualmente verbais e sujeitos a deliberação do Plenário os requerimentos que solicitem:

I - Prorrogação de sessão ou dilação da própria prorrogação;

II - Dispensa de leitura da matéria constante na Ordem do Dia;

III - Destaque de matéria para votação;

IV - Vota, ao a descoberto;

V - Encerramento de discussão;

VI - Manifestação do Plenário sobre aspectos relacionados com matéria em debate;

VIII - Voto de louvor, congratulações, pesar ou repúdio;

§ 3º - Serão escritos e sujeitos a deliberação do Plenário, os requerimentos que versem sobre:

I - Renúncia de cargo na Mesa ou Comissão;

II - Licença de Vereador;

III - Juntada de documentos a processo ou desentranhamento;

IV - Inserção em ata de documentos;

V - Preferência para discussão de matéria ou redução de interstício regimental para discussão;

VI - Audiência de Comissão Permanente;

VII - Inclusão de proposição em regime de urgência espedal ou simples;

VIII - Retirada de proposição já colocada sob deliberação de Plenário;

IX - Anexação de proposições com objeto idêntico;

X - Informações solicitadas ao Prefeito ou por seu intermédio ou a entidades públicas ou particulares;

XI - Constituição de Comissões Especiais;

XII - Convocação do Prefeito ou auxiliar direto para prestar esclarecimentos em Plenário.

CNPJ Nº 05.020.967/0001-59

Rua Aureliano da Fonseca, S/N – Centro Fone (089) 3554-1163
São José do Peixe – PI. CEP: 64.555-000


Antônio Luz Vieira dos Santos
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
DE SÃO JOSÉ DO PEIXE - PI



ESTADO DO PIAUI

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO PEIXE - PI

Art. 75 - Recurso e toda petição de Vereador ao Plenário contra a todo Presidente, nos casos expressamente previstos neste Regimento Interno.

Art. 76 - Representação e a exposição escrita e circunstanciada do Vereador ao Presidente da Câmara, visando a destituição de membro da Comissão Permanente, ou ao Plenário, visando a destituição de membro da Mesa, nos casos previstos neste Regimento.

Parágrafo Único - Para efeitos regimentais, equiparação a representação a denúncia contra o Prefeito ou Vereador, sob a acusação de prática de ilícito político-administrativo.

CAPÍTULO III

DA APRESENTAÇÃO E DA RETIRADA DA PROPOSIÇÃO

Art. 77 - Exceto nos casos das alíneas "e", "f", "g" e "h" do Art. 61 e nos projetos substitutivos oriundos das Comissões, todas as demais serão apresentadas na Secretaria da Câmara, que as carimbará com designação da data, e as numerará, fichando-as em seguida e encaminhando-as ao Presidente.

Art. 78 - Os projetos substitutivos das Comissões, os vetos, os pareceres bem como os relatórios das Comissões Especiais, serão apresentados nos próprios processos com encaminhamento ao Presidente da Câmara.

Art. 79 - As emendas e subemendas serão apresentadas a Mesa até 48 (quarenta e oito) horas antes do início da sessão em cuja Ordem do Dia se acha incluída a proposição a que se referem, para fins de sua publicação, a não ser que sejam oferecidas por ocasião dos debates; ou se se tratar de projetos em regime de urgência especial; ou quando estejam elas assinadas pela maioria absoluta dos Vereadores.

§ 1º - As emendas à proposta orçamentária serão oferecidas no prazo de 10 (dez) dias a partir da inserção da matéria no Expediente;

§ 2º - A emenda aos projetos de codificação será apresentada no prazo de 20 (vinte) dias a Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, a partir da data em que esta receba o processo, sem prejuízo daquelas oferecidas por ocasião dos debates.

Art. 80 - As representações se acompanharão sempre, obrigatoriamente, de documentos hábeis que as instruem e, a critério do seu autor, de rol de testemunhas, devendo ser oferecida em tantas vias quantas forem os acusados.

Art. 81 - O Presidente ou a Mesa, conforme o caso, não aceitará proposição:

- I - Em matéria que não seja de competência do Município;
- II - Que versar sobre assuntos alheios a competência da Câmara ou privativas do Executivo;
- III - Que vise delegar a outro Poder atribuições privativas do Legislativo, salvo a hipótese de lei delegada;
- IV - Que sendo de iniciativa exclusiva do Prefeito, tenha sido apresentada por Vereador;
- V - Que seja apresentada por Vereador licenciado ou afastado;



ESTADO DO PIAUÍ

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO PEIXE - PI

VI - Que tenha sido rejeitada anteriormente na mesma sessão legislativa, salvo se se tratar de matéria de iniciativa exclusiva do Prefeito, ou que tenha sido subscrita pela maioria absoluta do Legislativo;

VII - Que seja formalmente inadequada, por não observados os requisitos dos arts. 62, 63, 64 e 65;

VIII - Quando a emenda ou subemenda for apresentada fora do prazo, não observar restrição constitucional ao poder de emendar ou não tiver relação com a matéria da proposição principal;

IX - Quando a representação não se encontrar devidamente documentada ou arguir fatos relevantes ou impertinentes.

Parágrafo Único - Exceto nas hipóteses dos incisos V e VIII - caberá recurso do autor ou autores ao Plenário, no prazo de 10 (dez) dias, o qual será distribuído à Comissão de Justiça, Legislação e Redação Final.

Art. 82 - O autor do projeto que receba substitutivo ou emenda estranha ao seu objeto, poderá reclamar contra a sua admissão, competindo ao Presidente decidir sobre a reclamação e de sua decisão caberá recurso ao Plenário pelo autor do projeto ou da emenda, conforme caso.

Parágrafo Único - Na decisão do recurso poderá o Plenário determinar que as emendas que não se referirem diretamente a matéria do projeto, sejam destacadas para constituírem projetos separados.

Art. 83 - As proposições poderão ser retiradas mediante requerimento de seus autores ao Presidente da Câmara, se ainda não se encontrarem sob deliberação do Plenário, ou com a anuência deste, em caso contrário.

§ 1º - Quando a proposição haja sido subscrita por mais de um autor; e condição de sua retirada que todos a requeiram.

§ 2º - Quando o autor for o Executivo, a retirada deverá ser comunicada através de ofício, não podendo ser recusada.

Art. 84 - No início de cada legislatura, a Mesa ordenará o arquivamento de todas as proposições apresentadas na legislatura anterior que se achem sem parecer ou com parecer contrário das Comissões competentes, exceto os originários do Executivo sujeitos a deliberação em certo prazo.

Parágrafo Único - O Vereador autor de proposição arquivada na forma deste artigo, poderá requerer o seu desarquivamento e retransmissão.

Art. 85 - Os requerimentos a que se refere o § 1º do Art. 46 serão indeferidos quando impertinentes, repetitivos ou manifestados contra expressa disposição regimental, sendo irrecurável a decisão.

CAPÍTULO IV

DA TRAMITAÇÃO DAS PROPOSIÇÕES

Art. 86 - Recebida qualquer proposição escrita, será encaminhada ao Presidente da Câmara, que determinará a sua tramitação no prazo máximo de 3 (três) dias, observado o disposto neste CAPÍTULO.



ESTADO DO PIAUÍ
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO PEIXE - PI

Art. 87 - Quando a proposição consistir em projeto de lei, de decreto legislativo, de resolução ou de projeto substitutivo, uma vez lida pelo Secretário durante o Expediente, será pelo Presidente encaminhada as Comissões competentes para os pareceres técnicos.

§ 1º - No caso do § 1º do Art. 79, o encaminhamento só se fará após escoado o prazo para emendas ali previstos.

§ 2º - No caso de projeto substitutivo oferecido por determinada Comissão, ficará prejudicada a remessa do mesmo a sua própria autora.

§ 3º - Os projetos originários elaborados pela Mesa ou por Comissão Permanente ou Especial em assuntos de sua competência dispensarão pareceres para a sua apreciação pelo Plenário, sempre que o requerer o seu próprio autor e a audiência não for obrigatória, na forma deste Regimento.

Art. 88 - As emendas e subemendas a que se referem os §§ 1º e 2º do Art. 79, serão apreciadas pelas Comissões na mesma fase que a proposição originará, as demais somente serão objeto de manifestação das Comissões quando aprovadas pelo Plenário, retomando lhes, então, o processo.

Art. 88-A - Poderá qualquer Vereador pedir vistas de Projeto de Lei, Projetos de Resoluções, Projeto de Decreto Legislativo e Projetos de Emenda à Lei Orgânica pelo prazo regimental de 3 (três) dias úteis. **(Redação dada pela Resolução nº 001/2024)**

§ 1º - Sempre que a proposição foi apresentada para discussão, fará o Presidente a inscrição dos vereadores interessados em pedir vistas as proposições citadas no caput deste artigo. **(Redação dada pela Resolução nº 001/2024)**

§ 2º - Quando mais de um Vereador pedir vistas da mesma propositura, o prazo de 3 (três) dias úteis será comum a eles e não sucessivo, voltando a proposição a normal tramitação no final do prazo. **(Redação dada pela Resolução nº 001/2024)**

Art. 89 - Sempre que o Prefeito vetar, no todo ou em parte, determinada proposição aprovada pela Câmara, comunicado o veto a esta, a matéria será incontinenti encaminhada a Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final.

Art. 90 - Os pareceres das Comissões Permanentes serão obrigatoriamente incluídos na Ordem do Dia em que serão apreciadas as proposições a que se referem.

Art. 91 - As indicações, após lidas no Expediente, serão encaminhadas, independentemente de deliberação do Plenário, por meio de ofício, a quem de direito, através do Secretário da Câmara.

Parágrafo Único - No caso de entender o Presidente que a indicação não deve ser encaminhada, dará conhecimento da decisão ao autor e solicitará o pronunciamento da Comissão competente, cujo parecer será incluído na Ordem do Dia, independentemente de sua prévia figuração no Expediente.

Art. 92 - Durante os debates, na Ordem do Dia, poderão ser apresentados requerimentos que se refiram estritamente ao assunto discutido. Esses requerimentos estarão sujeitos a deliberação do Plenário,



ESTADO DO PIAUI

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO PEIXE - PI

sem prévia discussão, admitindo-se, entretanto, encaminhamento de votação pelo proponente e pelos líderes partidários.

Art. 93 - Os recursos contra atos do Presidente da Câmara serão interpostos dentro do prazo de 5 (cinco) dias, contados da data de ciência da decisão: por simples petição e distribuídos a Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, que emitirá parecer acompanhado de Projeto de Resolução.

Art. 94 - As proposições poderão tramitar em regime de urgência especial ou de urgência simples.

§ 1º - O regime de urgência especial implica a dispensa de exigências regimentais, exceto quórum e pareceres obrigatórios e assegura à proposição inclusão, com prioridade, na Ordem do Dia.

§ 2º - O regime de urgência simples implica na impossibilidade de adiamento de apreciação da matéria e exclui os pedidos de vista e de audiência de comissão a que não esteja afeto o assunto, assegurando a proposição inclusão, em segunda prioridade, na Ordem do Dia.

Art. 95 - A concessão de urgência especial dependerá de assentimento do Plenário, mediante provocação por escrito, da Mesa ou de Comissão, quando autores de proposição em assunto de sua competência privativa ou especialidade, ou ainda por proposta de pelo menos 2/3 (dois terços) dos membros da edilidade.

§ 1º - O Plenário somente concederá a urgência especial quando a proposição, por seus objetivos, exige apreciação pronta, sem o que perdera a oportunidade ou a eficácia.

§ 2º - Concedida a urgência especial para projeto ainda sem parecer, será feito o levantamento da sessão, para que se pronunciem as Comissões competentes em conjunto, imediatamente, após o que o projeto será colocado na Ordem do Dia da própria sessão.

§ 3º - Caso não seja possível obter-se de imediato o parecer conjunto das Comissões competentes, o projeto passará a tramitar no regime de urgência simples.

Art. 96 - O regime de urgência simples será concedido pelo Plenário por requerimento de qualquer Vereador quando se tratar de matéria de relevante interesse público ou de requerimento escrito que exige, por sua natureza, a pronta deliberação do Plenário.

Parágrafo Único - Serão incluídas no regime de urgência simples, independentemente de manifestação do Plenário, as seguintes matérias:

I - A proposta orçamentária, a partir do escoamento de metade do prazo de que disponha o Legislativo para apreciá-la;

II - Os projetos de lei do Executivo sujeitos a apreciação em prazo curto, a partir das 3 (três) últimas sessões que se realizem no intercurso daquele;

III - O veto, quando escoada 2/3 (duas terças) partes do prazo para a apreciação.



ESTADO DO PIAUI
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO PEIXE - PI

Art. 97 - As proposições em regime de urgência especial ou simples e aquelas com pareceres ou para as quais não sejam estes exigíveis ou tenham sido dispensados prosseguirão sua tramitação.

TÍTULO IV
DAS SESSÕES DA CÂMARA
CAPÍTULO I
AS SESSÕES EM GERAL

Art. 98 - As sessões da Câmara são ordinárias, extraordinárias ou solenes, assegurado o acesso às mesmas do público em geral.

§ 1º - Para assegurar-se a publicidade às sessões da Câmara, publicar-se-á a pauta e o resumo dos trabalhos através da imprensa oficial ou não.

§ 2º - Qualquer cidadão poderá assistir às sessões da Câmara na parte do recinto reservada ao público, desde que:

- I - Apresente-se convenientemente;
- II - Não porte arma;
- III - Conserve-se em silêncio durante os trabalhos;
- IV - Não manifeste após ou desaprovação ao que se passa em Plenário;
- V - Atenda às determinações do Presidente.

§ 3º - O Presidente determinará a retirada do assistente que se conduza de forma a perturbar os trabalhos e evacuará o recinto sempre que se julgar necessário.

Art. 99 - As sessões ordinárias serão de 2 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro, realizando-se nos dias úteis, quinzenalmente, preferencialmente na sexta feira, com duração de 02 (duas) horas, com início às 9 horas da manhã, ressalvada posterior alteração através de Resolução, aprovada em plenário. **(Redação dada pela Resolução nº 001/2024)**

§ 1º - A sessão legislativa ordinária não será interrompida em 17 de julho enquanto não for aprovada a Lei de Diretrizes Orçamentárias e, em 22 de dezembro enquanto não for aprovada a Lei Orçamentária anual do Município de São José do Peixe. **(Redação dada pela Resolução nº 001/2024)**

Art. 100 - As sessões extraordinárias realizar-se-ão em qualquer dia da semana e a qualquer hora, inclusive domingos e feriados, ou após as sessões ordinárias.

§ 1º - Somente se realizarão sessões extraordinárias quando se tratar de matérias altamente relevantes e urgentes, entre as quais se incluem a proposta orçamentaria, o veto e quaisquer projetos de lei do Executivo formulados com solicitação de prazo.

Art. 101 - As sessões solenes realizar-se-ão a qualquer dia e hora, para fim específico, sempre relacionado com assuntos cívicos e culturais, não havendo prefixação de sua duração.

Parágrafo Único - As sessões solenes poderão realizar-se em qualquer local seguro e acessível, a critério da Mesa.



ESTADO DO PIAUI

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO PEIXE - PI

Art. 102 - A Câmara poderá realizar sessões secretas, por deliberação tomada pela maioria absoluta de seus membros, para tratar de assuntos de sua economia interna, quando seja o sigilo necessário a preservação do decoro parlamentar.

Art. 103 - As sessões da Câmara serão realizadas no recinto designado ao seu funcionamento, considerando-se inexistentes as que se realizarem noutra local, salvo motivo de força maior devidamente reconhecido pelo Plenário.

Art. 104 - A Câmara observará o recesso legislativo determinado na Lei de Organização Municipal.

Art. 105 - A Câmara somente se reunirá quando tenham comparecido, a sessão, pelo menos 1/3 (um terço) dos Vereadores que a compõem.

Parágrafo Único - O disposto neste artigo não se aplica as sessões solenes, que se realizarão com qualquer número de Vereadores presentes.

Art. 106 - Durante as sessões, somente os Vereadores poderão permanecer na parte do recinto do Plenário que lhes é destinada.

§ 1º - A convite da Presidência, ou por sugestão de qualquer Vereador, poderão se localizar nessa parte, para assistir à sessão, as autoridades públicas federais, estaduais ou municipais presentes ou personalidades que estejam sendo homenageadas.

§ 2º - Os visitantes recebidos em Plenário em dias de sessão poderão usar da palavra para agradecer a saudação que lhes seja feita pelo Legislativo.

Art. 107 - De cada sessão da Câmara lavrar-se-á ata dos trabalhos contendo sucintamente os assuntos tratados, a fim de ser submetida ao Plenário.

§ 1º - A ata da última sessão de cada legislatura será redigida e submetida a aprovação na própria sessão com qualquer número antes de seu encerramento.

CAPÍTULO II

DAS SESSÕES ORDINÁRIAS

Art. 108 - As sessões ordinárias compõem-se de duas partes: O Expediente e a Ordem do Dia.

Art. 109 - A hora do início dos trabalhos, feita a chamada dos Vereadores pelo Secretário, o Presidente, havendo número legal, declarará aberta a sessão.

Parágrafo Único - Não havendo número legal, o Presidente efetivo ou eventual aguardará durante 15 (quinze) minutos que aquele se complete e, caso assim não ocorra, fará lavrar ata sintética pelo Secretário efetivo ou ad hoc com o registro dos nomes dos Vereadores presentes, declarando, em seguida, prejudicada a realização de sessão.



ESTADO DO PIAUI

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO PEIXE - PI

Art. 110 - Havendo número legal, a sessão se iniciará com o Expediente, o qual terá a duração máxima de uma hora e meia, destinando-se a discussão da ata da sessão anterior e à leitura dos documentos de quaisquer origens.

§ 1º Nas sessões em que esteja incluído na Ordem do Dia o debate da proposta orçamentária, o Expediente será de meia hora.

§ 2º - No Expediente serão objeto de deliberação pareceres sobre matérias não constantes da Ordem do Dia, requerimentos comuns e relatórios de Comissões Especiais, além da ata da sessão anterior.

§ 3º - Quando não houver número legal para deliberação no Expediente, as matérias a que se refere o § 2º automaticamente ficarão transferidas, para o Expediente da sessão seguinte.

Art. 111 - A ata da sessão anterior ficará à disposição dos Vereadores, para verificação, 48 (quarenta e oito) horas antes da sessão seguinte; ao iniciar-se esta, o Presidente colocará a ata em discussão e, não sendo retificada ou impugnada, será considerada aprovada, independentemente de votação.

§ 1º - Aprovada a ata, será assinada pelo Presidente e pelo Secretário.

§ 2º - Não poderá impugnar a ata Vereador ausente a sessão a que a mesma se refira.

Art. 112 - Após a aprovação da ata, o Presidente determinará ao Secretário a leitura da matéria do Expediente, obedecendo a seguinte ordem:

I - Expedientes oriundos do Prefeito;

II - Expedientes oriundos de diversos;

III - Expedientes apresentados pelos Vereadores.

Art. 113 - Na leitura das matérias pelo Secretário obedecer-se-á seguinte ordem:

I - Projetos de lei;

II - Projetos de decreto legislativo;

III - Projetos de resolução;

IV - Requerimentos;

V - Indicações;

VI - Pareceres da Comissão;

VII - Recursos;

VIII - Outras matérias.

Art. 114 - Terminada a leitura da matéria em pauta, verificará o Presidente o tempo restante do Expediente, o qual deverá ser dividido em duas partes iguais, dedicada, respectivamente, ao Pequeno e ao Grande Expediente.

§ 1º - O Pequeno Expediente destina-se a breves comunicações ou comentários, individualmente, jamais por tempo superior a 5 (cinco) minutos, sobre a matéria apresentada, para o que o Vereador deverá se inscrever previamente em lista especial controlada pelo Secretário.

§ 2º - Quando o tempo restante do Pequeno Expediente for inferior a 5 (cinco) minutos, será incorporado ao Grande Expediente.



ESTADO DO PIAUI

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO PEIXE - PI

§ 3º - No Grande Expediente, os Vereadores, inscritos também em lista própria pelo Secretário, usarão a palavra pelo prazo máximo de 30 (trinta) minutos, para tratar de qualquer assunto de interesse público.

§ 4º - O orador não poderá ser interrompido ou aparteado no Pequeno Expediente; poderá sê-lo no Grande Expediente, mas, neste caso, ser-lhe-á assegurado o uso da palavra prioritariamente na sessão seguinte, para completar o tempo regimental, independentemente de nova inscrição, facultando-se lhe desistir.

§ 5º - Quando o orador inscrito para falar no Grande Expediente deixar de fazê-lo por falta de tempo, sua inscrição automaticamente será transferida para a sessão seguinte.

§ 6º - O Vereador que, inscrito para falar, não se achar presente na hora em que lhe for dada a palavra, perderá a vez e só poderá ser de novo inscrito em último lugar.

Art. 115 - Finda a hora do Expediente, por se ter esgotado o tempo, ou por falta de oradores, decorrido o intervalo regimental, passar-se-á a matéria constante da Ordem do Dia.

§ 1º - Para a Ordem do Dia far-se-á verificação de presença e a sessão somente prosseguirá se estiver presente a maioria absoluta dos Vereadores.

§ 2º - Não se verificando o quórum regimental, o Presidente aguardará por 15 (quinze) minutos, como tolerância, antes de declarar encerrada a sessão.

Art. 116 - Nenhuma proposição poderá ser posta em discussão, sem que tenha sido incluída na Ordem do Dia regularmente publicada com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas do início das sessões, salvo disposição em contrário da Lei de Organização Municipal.

Parágrafo Único - Nas sessões em que deva ser apreciada a proposta orçamentária, nenhuma outra matéria figurará na Ordem do Dia.

Art. 117 - A organização da pauta da Ordem do Dia obedecerá aos seguintes critérios preferenciais:

- a) Matérias em regime de urgência especial;
- b) Matérias em regime de urgência simples;
- c) Vetos;
- d) Matérias em redação final;
- e) Matérias em discussão única;
- f) Matérias em segunda discussão;
- g) Matérias em primeira discussão;
- h) Recursos;
- i) Demais proposições.

Parágrafo Único - As matérias, pela ordem de preferência, figurarão na pauta, observada a ordem cronológica de sua apresentação entre aquelas da mesma classificação.

Art. 118 - O Secretário procederá a leitura do que se houver de discutir e votar, a qual podem ser dispensadas a requerimento verbal de qualquer Vereador, com aprovação do Plenário.



ESTADO DO PIAUÍ

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO PEIXE - PI

Art. 119 - Esgotada a Ordem do Dia, anunciara o Presidente, sempre que possível, a Ordem do Dia da sessão seguinte, fazendo distribuir resumo da mesma aos Vereadores e, se ainda houver tempo, em seguida, concedera a palavra, para explicação pessoal aos que tenham solicitado, durante a sessão, ao Secretário, observadas a procedência da inscrição e o prazo regimental.

Art. 120 - Não havendo mais oradores para falar em explicação pessoal, ou se ainda os houver, achar-se, porém, esgotado o tempo regimental, o Presidente declarara encerrada a sessão.

CAPÍTULO III

DAS SESSÕES EXTRAORDINÁRIAS

Art. 121 - As sessões extraordinárias serão convocadas na forma prevista neste Regimento Interno, mediante comunicação aos Vereadores, com a antecedência de 3 (três) dias. **(Redação dada pela Resolução nº 001/2024)**

Parágrafo Único - Sempre que possível, a convocação far-se-á em sessão caso em que será feita comunicação escrita apenas aos ausentes a mesma.

Art. 122 - A sessão extraordinária compor-se-á exclusivamente de Ordem do Dia, que se cingira a matéria objeto da convocação, observando-se quanto a aprovação da ata da sessão anterior, ordinária ou extraordinária, o disposto no artigo 111 e seus parágrafos.

Parágrafo Único - Aplicar-se-ão, no mais, as sessões extraordinárias, no que couber, as disposições atinentes as sessões ordinárias.

CAPÍTULO IV

DAS SESSOES SOLENES

Art. 123 - As sessões solenes serão convocadas pelo Presidente da Câmara, através de aviso por escrito, que indicara a finalidade da reunião.

§ 1º - Nas sessões solenes não haverá, Expediente nem Ordem de Dia formal, dispensadas a leitura de ata e a verificação de presença.

§ 2º - Não haverá tempo predeterminado para o encerramento de sessão solene.

§ 3º - Nas sessões solenes, somente poderá usar da palavra além do Presidente da Câmara, o líder partidário ou o Vereador pelo mesmo designado, o Vereador, quer for indicado pelo Plenário como orador oficial da cerimônia e as pessoas homenageadas.

TÍTULO V

DAS DISCUSSÕES E DELIBERAÇÕES

CAPÍTULO I

CNPJ Nº 05.020.967/0001-59
Rua Aureliano da Fonseca, S/N – Centro Fone (089) 3554-1163
São José do Peixe – PI. CEP: 64.555-000


Antônio Luiz Vieira dos Santos
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
DE SÃO JOSÉ DO PEIXE - PI



ESTADO DO PIAUI
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO PEIXE - PI

DAS DISCUSSOES

Art. 124 - Discussão é o debate de proposições figurantes na Ordem do Dia pelo Plenário, antes de se passar às deliberações sobre a mesma.

§ 1º - Não estão sujeitos à discussão:

- I - As indicações, salvo o disposto no Parágrafo Único do artigo 92;
- II - Os requerimentos a que se refere o artigo 74 § 2º; § 3º, itens I e V.

§ 2º - O Presidente declarara prejudicada a discussão:

I - De qualquer projeto com objeto idêntico ao de outro que já tenha sido aprovado antes, ou rejeitado na mesma sessão legislativa, excetuando-se, nesta hipótese: o projeto de iniciativa do Executivo ou subscrito pela maioria absoluta dos membros do legislativo;

- II - Da proposição original, quando tiver substitutivo aprovado;
- III - De emenda ou subemenda idêntica a outra já aprovada ou rejeitada;
- IV - De requerimento repetitivo.

Art. 125 - A discussão da matéria constante da Ordem do Dia só poderá ser efetiva com a presença da maioria dos membros da Câmara.

Art. 126 - Terão uma única discussão as proposições seguintes:

- I - As que tenham sido colocadas em regime de urgência especial;
- II - As que se encontrem em regime de urgência simples;
- III - Os projetos de leis oriundos do Executivo com solicitação de prazo;
- IV - O veto;
- V - Os projetos de decreto legislativo ou de resolução de qualquer natureza;
- VI - Os requerimentos sujeitos a debates.

Art. 127 - Terão 2 (duas) discussões todas as proposições não incluídas no artigo 126.

Parágrafo Único - Os projetos de lei que disponham sobre o quadro de pessoal da Câmara serão discutidos com o intervalo mínimo de 48 (quarenta e oito) horas entre a primeira e a segunda discussão.

Art. 128 - Na primeira discussão debater-se-á, separadamente artigo por artigo do projeto; na segunda discussão, debater-se-á o projeto em globo.

§ 1º - Por deliberação do Plenário, a requerimento de Vereador, a requerimento de Vereador, a primeira discussão poderá consistir de apreciação global do projeto.

§ 2º - Quando se tratar de codificação, na primeira discussão o projeto será debatido por capítulos, salvo requerimento de destaque aprovado pelo Plenário.



ESTADO DO PIAUI

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO PEIXE - PI

§ 3º - Quando se tratar da proposta orçamentária, as emendas possíveis serão debatidas antes do projeto, em primeira discussão.

Art. 129 - Na discussão única e na primeira discussão, serão recebidas emendas, subemendas e projetos substitutivos apresentados por ocasião dos debates, em segunda discussão somente se admitirão emendas e subemendas.

Art. 130 - Na hipótese do artigo anterior, sustar-se-á a discussão para que as emendas e projetos substitutivos sejam objeto de exame das Comissões Permanentes a que afeta a matéria, salvo se o Plenário rejeitá-las ou aprova-las com dispensa de parecer.

Art. 131 - Em nenhuma hipótese a segunda discussão ocorrerá na mesma sessão que tenha ocorrido a primeira discussão.

Art. 132 - Sempre que a pauta dos trabalhos incluir mais de uma proposição sobre o mesmo assunto, a discussão obedecerá à ordem cronológica de apresentação.

Parágrafo Único - O disposto neste artigo não se aplica a projeto substitutivo do mesmo autor da proposição originária, o qual preferirá a esta.

Art. 133 - O andamento da discussão de qualquer proposição dependerá da deliberação do Plenário e somente poderá ser proposto antes de iniciar-se a mesma.

§ 1º - adiamento aprovado será sempre por tempo determinado.

§ 2º - Apresentados 2 (dois) ou mais requerimentos de adiamento, será votado, de preferência, o que marcar menos prazo.

§ 3º - Não se concederá adiamento de matéria que se ache em regime de urgência especial ou simples.

§ 4º - O adiamento poderá ser motivado por pedido de vista, caso em que, se houver mais de um, a vista será sucessiva para cada um dos requerentes e pelo prazo máximo de 3 (três) dias para cada um deles.

Art. 134 - O encerramento da discussão de qualquer proposição dar-se-á pela ausência de oradores, pelo decurso dos prazos regimentais ou por requerimento aprovado pelo Plenário.

Parágrafo Único - Somente poderá ser requerido o encerramento da discussão após terem falado pelo menos 2 (dois) Vereadores favoráveis a proposição e 2 (dois) contrários, entre os quais o autor do requerimento, salvo desistência expressa.



ESTADO DO PIAUI

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO PEIXE - PI

III - Ao autor da emenda;

IV - Alternadamente, a quem seja pró ou contra a matéria em debate.

Art. 140 - Para o aparte, ou interrupção do orador por outro para indagação ou comentário relativamente a matéria em debate, observar-se-á o seguinte:

I - O aparte deverá ser expresso em termos corteses e não poderá exceder a 3 (três) minutos;

II - Não serão permitidos apartes paralelos, sucessivos ou sem licença expressa do orador;

III - Não é permitido apartear ao Presidente nem ao orador que fala "pela ordem", em Explicação Pessoal, para encaminhamento de votação ou para declaração de voto;

IV - O aparte ante permanecerá de pé quando aparteia e enquanto ouve a resposta do aparteadado.

Art. 141 - Os oradores terão os seguintes prazos para uso da palavra:

I - 3 (três) minutos para apresentar requerimento de retificação ou impugnação de ata, falar pela ordem, apartear e justificar requerimento de urgência especial;

II - 5 (cinco) minutos para falar no Pequeno Expediente, encaminhar votação, justificar voto ou emenda e proferir Explicação Pessoal;

III - 10 (dez) minutos para discutir requerimento, indicação, redação final, artigo isolado de proposição e veto;

IV - 15 (quinze) minutos para discutir projeto de decreto legislativo ou de resolução, processo de cassação de Prefeito ou Vereador - salvo o acusado cujo prazo será o indicado na lei federal, e parecer pela inconstitucionalidade ou ilegalidade de projeto.

V - 20 (vinte) minutos para falar no Grande Expediente e para discutir projeto de lei, a proposta orçamentaria, a prestação de contas e a destituição de membro da Mesa.

§1º - Fica vedada a cessão de tempo para outro vereador. **(Redação dada pela Resolução nº 001/2024);**

§2º - Fica garantido o direito de resposta ao vereador ofendido, no tempo de 3 (três) minutos. **(Redação dada pela Resolução nº 001/2024);**

CAPÍTULO III

DAS DELIBERAÇÕES

Art. 142 - As deliberações do Plenário serão tomadas por maioria simples, sempre que não se exige a maioria absoluta ou a maioria de 2/3 (dois terços), conforme as determinações constitucionais, legais ou regimentais aplicáveis em cada caso.

Parágrafo Único - Para efeito de quórum, computar-se-á a presença de Vereador impedido de votar.

Art. 143 - A deliberação se realiza através da votação.



ESTADO DO PIAUI
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO PEIXE - PI

CAPÍTULO II
DA DISCIPLINA DOS DEBATES

Art. 135 - Os debates deverão realizar-se com dignidade e ordem, cumprindo ao Vereador atender as seguintes determinações regimentais:

- I - Falará de pé, exceto se se tratar do Presidente, e quando impossibilitado de fazê-lo requererá ao Presidente autorização para falar sentado;
- II - Dirigir-se ao Presidente ou a Câmara voltado para a Mesa, salvo quando responder a aparte;
- III - Não usar da palavra sem se solicitar e sem receber consentimento do Presidente;
- IV - Referir-se ou dirigir-se a outro Vereador pelo tratamento de Excelência.

Art. 136 - O Vereador a que for dada a palavra, deverá inicialmente declarar a que título se pronuncia e não poderá:

- I - Usar da palavra com finalidade diferente do motivo alegado para a solicitar;
- II - Desviar-se da matéria em debate;
- III - Falar sobre a matéria vencida;
- IV - Usar de linguagem imprópria;
- V - Ultrapassar o prazo que lhe competir;
- VI - Deixar de atender as advertências do Presidente.

Art. 137 - O Vereador somente usará da palavra:

- I - No expediente, quando for para solicitar retificação ou impugnação de ata ou quando se achar regularmente inscrito;
- II - Para discutir matéria em debate, encaminhar votação ou justificar o seu voto;
- III - Para apartear, na forma regimental;
- IV - Para explicação pessoal;
- V - Para levantar questão de ordem ou pedir esclarecimento a Mesa;
- VI - Para apresentar requerimento verbal de qualquer natureza;
- VII - Quando for designado para saudar qualquer visitante ilustre.

Art. 138 - O Presidente solicitará ao orador, por iniciativa própria ou a pedido de qualquer Vereador, que interrompa o seu discurso nos seguintes casos:

- I - Para leitura de requerimento de prorrogação da sessão;
- II - Para comunicação importante a Câmara;
- III - Para recepção de visitantes;
- IV - Para votação de requerimento de prorrogação da sessão;
- V - Para atender a pedido de palavra "pela ordem" sobre questões regimentais.

Art. 139 - Quando mais de 1 (um) Vereador solicitar a palavra simultaneamente, o Presidente concedê-la-á na seguinte ordem:

- I - Ao autor da proposição em debate;
- II - Ao relator do parecer em apreciação;



ESTADO DO PIAUI

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO PEIXE - PI

Parágrafo Único - Nenhuma proposição de conteúdo normativa, poderá ser objeto de deliberação durante sessão secreta.

Art. 144- Os processos de votação são 2 (dois): simbólico e nominal.

§ 1º - O processo simbólico consiste na simples contagem de votos favor ou contra a proposição, mediante convite do Presidente aos Vereadores para que permaneçam sentados ou se levantem, respectivamente.

§ 2º - O processo nominal consiste na expressa manifestação de cada Vereador, pela chamada, sobre em que sentido vota, respondendo sim ou não, salvo quando se tratar de votações, através de cédulas em que essa manifestação não será extensiva.

Art. 145 - O processo simbólico será a regra geral para as votações, somente sendo abandonado por imposição legal ou regimental ou a requerimento aprovado pelo Plenário.

§ 1º - Do resultado da votação simbólica, qualquer Vereador poderá requerer verificação mediante votação nominal, não podendo o Presidente indeferi-lo.

§ 2º - Não se admitira segunda verificação de resultado da votação.

§ 3º - O Presidente em caso de dúvida, poderá, de ofício, repetir a votação simbólica para a recontagem dos votos.

Art. 146 - A votação será nominal nos seguintes casos:

- I - Eleição da Mesa ou destituição de membro da Mesa;
- II - Eleição ou destituição de membro de Comissão Permanente;
- III - Julgamento das contas do Executivo;
- IV - Cassação de mandato do Prefeito ou Vereador;
- V - Apreciação de veto;
- VI - Requerimento de urgência especial;
- VII - Criação ou extinção de cargos de Câmara.

Art. 147 - Uma vez iniciada a votação, somente se interrompera se for verificada a falta de número legal, caso em que os votos já escolhidos serão considerados prejudicados.

Parágrafo Único - Não será permitido ao Vereador abandonar o consiste em indicar as razões pelas quais adota determinada posição em relação ao mérito da matéria.

Art. 148 - Antes de iniciar-se a votação, será assegurada a cada uma das bancadas partidárias, por um de seus integrantes, falar apenas uma vez para propor aos seus co-partidários a orientação quanto ao mérito da matéria.

Parágrafo Único - Não haverá encaminhamento de votação quando se tratar da proposta orçamentária, de julgamento das contas do Executivo, de processo cassatório ou de requerimento.



ESTADO DO PIAUI

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO PEIXE - PI

Art. 149 - Qualquer Vereador poderá requerer ao Plenário que aprecie isoladamente determinadas partes do texto de proposição, votando-as em destaque para rejeita-las ou aprova-las preliminarmente.

Parágrafo Único - Não haverá destaque quando se tratar da proposta orçamentária, de veto, de julgamento das contas do Executivo e em quaisquer casos em que aquela providência se revele impraticável.

Art. 150 - Terão preferências para votação as emendas supressivas e as emendas substitutivas oriundas das Comissões.

Parágrafo Único - Apresentadas 2 (duas) ou mais emendas sobre o mesmo artigo ou Parágrafo, será admissível requerimento de preferência para a votação de emenda que melhor se adaptar ao projeto, sendo o requerimento apreciado pelo Plenário, independentemente de discussão.

Art. 151 - Sempre que o parecer da Comissão for pela rejeição do projeto, devesse o Plenário liberar sobre o parecer, antes de entrar na consideração do projeto.

Art. 152 - O Vereador, poderá, ao votar, fazer declaração de voto, que requerer verificação mediante votação nominal, não podendo o Presidente indeferi-lo.

Parágrafo Único - A declaração só poderá ocorrer quando toda a proposição tenha sido abrangida pelo voto.

Art. 153 - Enquanto o Presidente não tenha proclamado o resultado da votação, poderá o Vereador impugná-la perante o Plenário, quando dela tenha participado Vereador impedido.

Parágrafo Único - Na hipótese deste artigo, acolhida a impugnação, repetir-se-á a votação sem considerar-se o voto que motivou o incidente.

Art. 154 - Concluída a votação de projeto de lei, com ou sem emendas aprovadas, ou de projeto de lei substitutivo, será a matéria encaminhada a Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, para adequar o texto a correção vernácula.

Parágrafo Único - Caberá a Mesa a redação final dos projetos de decreto legislativo e de resolução.

Art. 155 - A redação final será discutida e votada depois de sua publicação, salvo se dispensar o Plenário a requerimento do Vereador.

§ 1º - Admitir-se-á emenda a redação final somente quando seja para despoja-la de obscuridade linguística.

§ 2º - Aprovada a emenda, voltará a matéria a Comissão, para nova redação final.



ESTADO DO PIAUÍ
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO PEIXE - PI

SEÇÃO II
DAS CODIFICAÇÕES

Art. 162 - Código é a reunião de disposições legais sobre a mesma matéria, de modo orgânico e sistemático, visando estabelecer os princípios gerais do sistema adotado e prover completamente a matéria tratada.

Art. 163 - Os projetos de codificação, depois de apresentados em Plenário, serão distribuídos por cópia aos Vereadores e encaminhados a Comissão de Justiça, observando-se para tanto o prazo de 1º (dez) dias.

§ 1º - Nos 15 (quinze) dias subsequentes, poderão os Vereadores encaminhar a Comissão emendas e sugestões a respeito.

§ 2º - A critério da Comissão de Justiça, poderá ser solicitado Assessoria de órgão de assistência ou parecer de especialista na matéria, desde que haja recursos para atender a despesa específica e nesta hipótese ficará suspensa a tramitação de matéria.

§ 3º - A Comissão terá 20 (vinte) dias para exarar parecer, incorporando as emendas apresentadas que julgar convenientes ou produzindo outras, em conformidade com as sugestões recebidas.

§ 4º - Exarado o parecer ou, na falta deste, observado o disposto no artigo 68, o processo se incluirá na pauta da Ordem do Dia mais próximo possível.

Art. 164 - Na primeira discussão observar-se-á o disposto no § 2º do artigo 128.

§ 1º - Aprovado em primeira discussão, voltara o processo a Comissão por mais de 1º (dez) dias, para incorporação das emendas aprovadas.

§ 2º - Ao atingir-se este estágio, o projeto terá a tramitação normal dos demais projetos.

CAPÍTULO II
DOS PROCEDIMENTOS DE CONTROLE
SEÇÃO I
DO JULGAMENTO DAS CONTAS DO PODER EXECUTIVO

Art. 165 - Recebidas, as Contas do Poder Executivo do exercício findo ou tomada na forma do artigo anterior, ficarão elas à disposição de qualquer contribuinte, por 60 (sessenta) dias, para exame e apreciação. **(Redação dada pela Resolução nº 001/2024)**

Art. 166 - Recebidos os processos do Tribunal de Contas, o Presidente, após a leitura do Parecer Prévio no Expediente da sessão ordinária imediata, mandará publicar as Contas, distribuindo cópias aos Vereadores e enviando-as à Comissão Orçamento e Finanças, que terá o prazo de 10 (dez) dias corridos para exarar Parecer. **(Redação dada pela Resolução nº 001/2024)**



ESTADO DO PIAUÍ
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO PEIXE - PI

§ 3º - Se a nova redação final for rejeitada, será o projeto mais uma vez encaminhado a Comissão, que a reelaborará, considerando-se aprovada se contra ela não votarem 2/3 (dois terços) dos componentes da edilidade.

Art. 156 - Aprovada pela Câmara um projeto de lei, será enviado ao Prefeito, para sanção e promulgação ou veto, uma vez expedidos os respectivos autógrafos.

Parágrafo Único - Os originais dos projetos de lei aprovados serão, antes da remessa ao Executivo, registrados em livro e arquivados na Secretaria da Câmara.

TÍTULO VI
DA ELABORAÇÃO LEGISLATIVA E DOS PROCEDIMENTOS DE CONTROLE
CAPÍTULO I
DA ELABORAÇÃO LEGISLATIVA
SEÇÃO I
DO ORÇAMENTO

Art. 157 - Recebida do Prefeito a proposta orçamentária, dentro do prazo e na forma legal, o Presidente mandará publicá-la e distribuir cópia da mesma aos Vereadores, enviando-a a Comissão de Finanças e Orçamento nos 10 (dez) dias seguintes, para parecer.

Parágrafo Único - No decênio, os Vereadores poderão apresentar emendas à proposta, nos casos em que sejam permitidas, as quais serão publicadas na forma do artigo 79.

Art. 158 - A Comissão de Finanças e Orçamento pronunciar-se-á em 20 (vinte) dias, findo os quais, com ou sem parecer, a matéria será incluída como item único da Ordem do Dia da primeira sessão desimpedida.

Art. 159 - Na primeira discussão, poderão os Vereadores manifestar-se, no prazo regimental, (artigo 136, V), sobre o projeto e as emendas, assegurando-as preferências ao relator do parecer da Comissão de Orçamento e Finanças e dos autores das emendas no uso da palavra.

Art. 160 - Se forem aprovadas as emendas, dentro de 3 (três) dias, a matéria retomará a Comissão de Finanças e Orçamento para incorporá-las ao texto, para o que disporá do prazo de 5 (cinco) dias.

Parágrafo Único - Devolvido o processo pela Comissão, o avocado a esta pelo Presidente, se esgotado aquele prazo, será reincluído em pauta imediatamente, para segunda discussão e aprovação do texto definitivo, dispensada a fase de redação final.

Art. 161 - Aplicam-se as normas desta Seção a proposta do Orçamento Plurianual de Investimentos.



ESTADO DO PIAUI

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO PEIXE - PI

§1º - Após o recebimento do Parecer da Comissão de Finanças e Orçamento, será notificado o gestor responsável pelas Contas a serem apreciadas para apresentação de Defesa, no prazo de 10 (dez) dias corridos, garantindo, ainda a sustentação oral no dia da sessão de apreciação das Contas, pelo tempo regimental de 10 (dez) minutos. **(Redação dada pela Resolução nº 001/2024)**

§2º - O Parecer da Comissão de Finanças e Orçamento junto com a Defesa apresentada será encaminhada ao Presidente da Câmara, que elaborará o Projeto de Decreto Legislativo pela aprovação ou Rejeição das Contas, a ser apresentado em Plenário. **(Redação dada pela Resolução nº 001/2024)**

§3º Poderá qualquer vereador apresentar o Projeto de Decreto Legislativo pugnando pela aprovação ou Rejeição das Contas, em voto revisor ao Projeto apresentado ao presente, também colocado em deliberação, em ordem anterior ao projeto original. **(Redação dada pela Resolução nº 001/2024)**

43º - Recebidos, serão o Parecer e o Projeto de Decretos Legislativos distribuídos a cada Vereador e incluídos na Ordem do Dia para decisão e votação em turno único, aberta e nominal, a qual terá, para sua aprovação, obter a maioria de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara Municipal. **(Redação dada pela Resolução nº 001/2024)**

§4º - Rejeitadas, as Contas serão imediatamente remetidas ao Ministério Público para fins de direito. **(Redação dada pela Resolução nº 001/2024)**

Art. 167 - Para os efeitos desta subsecção, a Comissão de Finanças e Orçamento terá amplos poderes, cabendo-lhe convocar os responsáveis pelo sistema de controle interno de todos os ordenadores de despesa da administração pública direta, indireta e fundacional dos dois Poderes, para comprovar, no prazo que estabelecer, as Contas do exercício findo, na conformidade da respectiva Lei Orçamentária e das alterações havidas na sua execução. **(Redação dada pela Resolução nº 001/2024)**

Art. 168 - Qualquer Vereador tem direito de acompanhar os estudos da Comissão de Finanças e Orçamento, durante o processo de tomada ou julgamento das Contas. **(Redação dada pela Resolução nº 001/2024)**

SEÇÃO II

DO JULGAMENTO DO PREFEITO E DOS VEREADORES PELA CÂMARA MUNICIPAL POR INFRAÇÕES POLÍTICO-ADMINISTRATIVAS

Art. 169 – São infrações político-administrativas dos Prefeitos Municipais e Vereadores sujeitas ao julgamento pela Câmara dos Vereadores e sancionadas com a cassação do mandato: **(Redação dada pela Resolução nº 001/2024)**

I - Impedir o funcionamento regular da Câmara;

II - Impedir o exame de livros, folhas de pagamento e demais documentos que devam constar dos arquivos da Prefeitura, bem como a verificação de obras e serviços municipais, por comissão de investigação da Câmara ou auditoria, regularmente instituída;



ESTADO DO PIAUI
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO PEIXE - PI

III - Desatender, sem motivo justo, as convocações ou os pedidos de informações da Câmara, quando feitos a tempo e em forma regular;

IV - Retardar a publicação ou deixar de publicar as leis e atos sujeitos a essa formalidade;

V - Deixar de apresentar à Câmara, no devido tempo, e em forma regular, a proposta orçamentária;

VI - Descumprir o orçamento aprovado para o exercício financeiro;

VII - Praticar, contra expressa disposição de lei, ato de sua competência ou omitir-se na sua prática;

VIII - Omitir-se ou negligenciar na defesa de bens, rendas, direitos ou interesses do Município sujeito à administração da Prefeitura;

IX - Ausentar-se do Município, por tempo superior ao permitido em lei, ou afastar-se da Prefeitura, sem autorização da Câmara dos Vereadores;

X - Proceder de modo incompatível com a dignidade e o decoro do cargo.

Art. 170 - O processo de cassação do mandato do Prefeito e Vereadores pela Câmara, por infrações definidas no artigo anterior, obedecerá ao seguinte rito: **(Redação dada pela Resolução nº 001/2024)**

I - A denúncia escrita da infração poderá ser feita por qualquer eleitor, com a exposição dos fatos e a indicação das provas. Se o denunciante for Vereador, ficará impedido de votar sobre a denúncia e de integrar a Comissão processante, podendo, todavia, praticar todos os atos de acusação. Se o denunciante for o Presidente da Câmara, passará a Presidência ao substituto legal, para os atos do processo, e só votará se necessário para completar o *quorum* de julgamento. Será convocado o suplente do Vereador impedido de votar, o qual não poderá integrar a Comissão processante.

II - De posse da denúncia, o Presidente da Câmara, na primeira sessão, determinará sua leitura e consultará a Câmara sobre o seu recebimento. Decidido o recebimento, pelo voto da maioria dos presentes, na mesma sessão será constituída a Comissão processante, com três Vereadores sorteados entre os desimpedidos, os quais elegerão, desde logo, o Presidente e o Relator.

III - Recebendo o processo, o Presidente da Comissão iniciará os trabalhos, dentro em cinco dias, notificando o denunciado, com a remessa de cópia da denúncia e documentos que a instruírem, para que, no prazo de dez dias, apresente defesa prévia, por escrito, indique as provas que pretender produzir e arrole testemunhas, até o máximo de dez. Se estiver ausente do Município, a notificação far-se-á por edital, publicado duas vezes, no órgão oficial, com intervalo de três dias, pelo menos, contado o prazo da primeira publicação. Decorrido o prazo de defesa, a Comissão processante emitirá parecer dentro em cinco dias, opinando pelo prosseguimento ou arquivamento da denúncia, o qual, neste caso, será submetido ao Plenário. Se a Comissão opinar pelo prosseguimento, o Presidente designará desde logo, o início da instrução, e determinará os atos, diligências e audiências que se fizerem necessários, para o depoimento do denunciado e inquirição das testemunhas.



ESTADO DO PIAUÍ

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO PEIXE - PI

Art. 175 - Na sessão ou reunião a que comparecer, o Secretário Municipal fará, inicialmente, uma exposição do objeto do seu comparecimento, respondendo, a seguir, as interpelações de qualquer Vereador. **(Redação dada pela Resolução nº 001/2024)**

§ 1º - Encerrada a exposição do Secretário Municipal, poderão ser-lhe formuladas perguntas esclarecedoras, pelos Vereadores, não podendo cada um exceder a dez minutos, exceto o autor do requerimento, que terá o prazo de quinze minutos.

§ 2º - O Vereador que desejar formular as perguntas previstas no § 1º deverá inscrever-se previamente.

§ 3º - O Secretário Municipal terá o mesmo tempo do Vereador para o esclarecimento adicional que lhe for solicitado.

Art. 176 - O Secretário Municipal que comparecer à Câmara ou a qualquer de suas Comissões ficará, em tais casos, sujeito às normas deste Regimento. **(Redação dada pela Resolução nº 001/2024)**

Art. 177 - Poderá o Secretário Municipal ser assistido por advogado privado e/ou assessoria jurídica do Município. **(Redação dada pela Resolução nº 001/2024)**

Art. 178 - Ficará garantido o direito constitucional ao silêncio ao Secretário Municipal quanto a perguntas cujas respostas possam resultar em prejuízo ao depoente ou na própria incriminação. **(Redação dada pela Resolução nº 001/2024)**

SEÇÃO IV

DO PROCESSO DESTITUITÓRIO

Art. 179 - Sempre que qualquer Vereador propuser a destituição de membro da Mesa, o Plenário conhecendo da representação, deliberará, preliminarmente, em face da prova documental oferecida por antecipação pelo representante, sobre o processamento da matéria.

§ 1º - Caso o Plenário se manifeste pelo processamento da representação, autuada a mesma pelo Secretário, o Presidente ou o seu substituto legal, se for ele o denunciado, determinará a notificação do acusado para oferecer defesa no prazo de 15 (quinze) dias e arrolar testemunhas até a máxima de 3 (três), sendo-lhe enviada cópia da peça acusatória e dos documentos que a tenham instruído.

§ 2º - Se houver defesa, anexada a mesma com os documentos que a acompanharem aos autos, o Presidente mandará notificar o representante para confirmar a representação ou retirá-la, no prazo de 5 (cinco) dias.



ESTADO DO PIAUI

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO PEIXE - PI

IV - O denunciado deverá ser intimado de todos os atos do processo, pessoalmente, ou na pessoa de seu procurador, com a antecedência, pelo menos, de vinte e quatro horas, sendo-lhe permitido assistir as diligências e audiências, bem como formular perguntas e reperguntas às testemunhas e requerer o que for de interesse da defesa.

V – concluída a instrução, será aberta vista do processo ao denunciado, para razões escritas, no prazo de 5 (cinco) dias, e, após, a Comissão processante emitirá parecer final, pela procedência ou improcedência da acusação, e solicitará ao Presidente da Câmara a convocação de sessão para julgamento. Na sessão de julgamento, serão lidas as peças requeridas por qualquer dos Vereadores e pelos denunciados, e, a seguir, os que desejarem poderão manifestar-se verbalmente, pelo tempo máximo de 15 (quinze) minutos cada um, e, ao final, o denunciado, ou seu procurador, terá o prazo máximo de 2 (duas) horas para produzir sua defesa oral;

VI - Concluída a defesa, proceder-se-á a tantas votações nominais, quantas forem as infrações articuladas na denúncia. Considerar-se-á afastado, definitivamente, do cargo, o denunciado que for declarado pelo voto de dois terços, pelo menos, dos membros da Câmara, em curso de qualquer das infrações especificadas na denúncia. Concluído o julgamento, o Presidente da Câmara proclamará imediatamente o resultado e fará lavrar ata que consigne a votação nominal sobre cada infração, e, se houver condenação, expedirá o competente decreto legislativo de cassação do mandato de Prefeito. Se o resultado da votação for absolutório, o Presidente determinará o arquivamento do processo. Em qualquer dos casos, o Presidente da Câmara comunicará à Justiça Eleitoral o resultado.

Art. 171 - O processo, a que se refere este artigo, deverá estar concluído dentro em noventa dias, contados da data em que se efetivar a notificação do acusado. Transcorrido o prazo sem o julgamento, o processo será arquivado, sem prejuízo de nova denúncia ainda que sobre os mesmos fatos. **(Redação dada pela Resolução nº 001/2024)**

SEÇÃO III

DA CONVOCAÇÃO DOS SECRETÁRIOS

Art. 172 - Os Secretários Municipais poderão ser convocados pela Câmara, a requerimento de qualquer Vereador ou Comissão, aprovado pela maioria absoluta dos membros. **(Redação dada pela Resolução nº 001/2024)**

§ 1º - O requerimento deverá indicar com precisão o objeto de convocação.

Art. 173 - Quanto um Secretário Municipal ou Diretor de órgão da administração municipal desejar comparecer à Câmara ou qualquer de suas Comissões, para prestar, espontaneamente, esclarecimentos sobre assunto objeto da denúncia pública de irregularidade, a Mesa designará, para esse fim, o dia e a hora. **(Redação dada pela Resolução nº 001/2024)**

Art. 174 - Quando comparecer à Câmara ou a qualquer de suas Comissões, o Secretário Municipal terá assento à direita do Presidente respectivo. **(Redação dada pela Resolução nº 001/2024)**



ESTADO DO PIAUI
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO PEIXE - PI

§ 3º - Se não houver defesa, ou se havendo, o representante confirmar a acusação, será sorteado relator para o processo e convocar-se-á sessão extraordinária para a apreciação da matéria, na qual serão inquiridas as testemunhas de defesa e de acusação, até o máximo de 3 (três) para cada lado.

§ 4º - Não poderá funcionar como relator membro da Mesa.

§ 5º - Na sessão, o relator, que se servirá de funcionário da Câmara para coadjuvá-lo, inquirirá as testemunhas perante o Plenário, podendo qualquer vereador formular lhes perguntas do que se lavrará assentada.

§ 6º - Finda a inquirição, o Presidente da Câmara concederá 30 (trinta) minutos, para se manifestarem individualmente o representante, o acusado e o relator, seguindo-se a votação da matéria pelo Plenário.

§ 7º - Se o Plenário decidir par 2/3 (dois terços) dos votos dos Vereadores, pela destituição, será elaborado projeto de resolução pelo Presidente da Comissão de Justiça, e Redação Final.

TÍTULO VII
DO REGIMENTO INTERNO E DA ORDEM REGIMENTAL
CAPÍTULO I
DAS QUESTOES DE ORDEM E DOS PRECEDENTES

Art. 180 - As interpretações de disposições do Regimento feitas pelo Presidente da Câmara em assuntos controversos desde que o mesmo assim o declare perante o Plenário, de oficial ou a requerimento de qualquer Vereador, constituirão precedentes regimentais.

Art. 181 - Os casos não previstos neste Regimento serão resolvidos soberanamente pelo Plenário, cujas decisões se considerarão as mesmas incorporadas.

Art. 182 - Questão de Ordem e toda dúvida levantada em Plenário quanta a interpretação e aplicação do Regimento.

Parágrafo Único - As questões de ordens deverão ser formuladas com clareza e com a indicação precisa das disposições regimentais que se pretende elucidar, sob pena de as repelir sumariamente o Presidente.

Art. 183 - Cabe ao Presidente resolver as questões de Ordem, não sendo licito a qualquer Vereador opor-se a decisão, será prejuízo de recurso ao Plenário.

§ 1º - O recurso será encaminhado à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, para parecer.

§ 2º - O Plenário, em face do parecer, decidira o caso concreto, considerando-se a deliberação como prejudgado.

Art. 184 - Os precedentes a que se referem os artigos 179, 181, 183 § 2º; serão registrados em livro própria, para aplicação dos casos análogos, pelo Secretário da Mesa.



ESTADO DO PIAUI
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO PEIXE - PI

CAPÍTULO II
DA DIVULGAÇÃO DO REGIMENTO E DE SUA REFORMA

Art. 185 - A Secretaria da Câmara fará reproduzir periodicamente este Regimento, enviando cópias à Biblioteca Municipal, ao Prefeito, ao Governador do Estado, ao Presidente da Assembleia Legislativa, a cada um dos Vereadores e às instituições interessadas em assuntos municipais.

Art. 186 - Ao fim de cada ano legislativo a Secretaria da Câmara, sob a orientação da Comissão de Justiça, elaborará e publicará separata a este Regimento, contendo as deliberações regimentais tomadas pelo Plenário, com eliminação dos dispositivos revogados, e os precedentes regimentais firmados.

Art. 187 - Este Regimento Interno somente poderá ser alterado, reformado ou substituído pelo voto da maioria absoluta dos membros da edilidade mediante proposta:

- I - De 1/3 (um terço), no mínimo, dos Vereadores;
- II - Da Mesa;
- III - De uma das Comissões da Câmara.

TÍTULO VIII
DA GESTÃO DOS SERVIÇOS INTERNOS DA CÂMARA

Art. 188 - Os serviços administrativos da Câmara incumbem a sua Secretaria e reger-se-ão por ato regulamentar próprio baixado pelo Presidente.

Art. 189 - As determinações do Presidente à Secretaria sobre expediente serão objeto de ordem de serviço e as instruções aos funcionários sobre o desempenho de suas atribuições constarão de portarias.

Art. 190 - A Secretaria fornecerá aos interessados, no prazo de 15 (quinze) dias, as certidões que tenham requerido ao Presidente, para defesa de direitos e esclarecimentos de situações, bem como preparará os expedientes de atendimento às requisições judiciais, independentemente de despacho, no prazo de 5 (cinco) dias.

Art. 191 - A Secretaria manterá os livros, fichas e carimbos necessários aos serviços da Câmara.

§ 1º - São obrigatórios os livros seguintes: livro de atas das sessões; livro de ata das reuniões das Comissões Permanentes; livro de registro de leis; decretos legislativos; resoluções; livro de atos da Mesa e atos da Presidência; livro de termos de posse de funcionários; livro de termos de contratos; e livro de precedentes regimentais.

§ 2º - Os livros serão abertos, rubricados e encerrados pelo Secretário da Mesa.

Art. 92 - Os papéis da Câmara serão conferidos o tamanho oficial e timbrados com símbolo identificativo, conforme ato da Presidência.



ESTADO DO PIAUI
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO PEIXE - PI

TÍTULO IX
DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 193 - A publicação dos Expedientes da Câmara observara o disposto no ato normativo a ser baixado pela Mesa.

Art. 194 - Nos dias de sessão deverão este hasteadas, no edifício e no recinto do Plenário, as bandeiras do País, do Estado e do Município, observada a legislação federal.

Art. 195 - Não haverá expediente no legislativo nos dias de ponto facultativo decretado no Município.

Art. 196 - Os prazos previstos neste Regimento são contínuos e irreveláveis, contando-se o dia de seu começo e o do seu término e somente se suspendendo por motivo de recesso.

Art. 197 - À data de vigência deste Regimento, ficarão prejudicados quaisquer projetos de resolução em matéria regimental e revogados todos os precedentes firmados sob o império do Regimento anterior.

Art. 198 - Fica mantido, na sessão legislativa em curso, o número de membros da Mesa e das Comissões Permanentes.

Art. 199 - Este Regimento entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.


ANTÔNIO LUIZ VIEIRA DOS SANTOS


Antônio Luiz Vieira dos Santos
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
DE SÃO JOSÉ DO PEIXE - PI

Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de São José do Peixe